

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**Revitalização Urbana em Niterói:
uma visão antropológica**

Autor: André Amud Botelho

Niterói
2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

**Revitalização Urbana em Niterói:
uma visão antropológica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Niterói
2006

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Laura Graziela Gomes (orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Simoni Lahud Guedes
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Heitor Frúgoli Júnior
Universidade de São Paulo

Prof^a. Dra. Lívia Barbosa (membro suplente interno)
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dra. Letícia Veloso (membro suplente externo)

RESUMO

O estudo visou descrever, sob a luz da teoria e método antropológicos, os processos e conflitos referentes à idéia tão difundida da necessidade de “revitalização” do Centro de Niterói, situando tais processos no mecanismo dialético de criação-destruição-recriação do mundo, próprio da modernidade, e tão bem esclarecidos por autores como Marshall Berman, Walter Benjamin ou Charles Baudelaire . A análise buscou ainda opor à condição moribunda, que a necessidade de “revitalizar” aponta ao bairro, a descrição da diversidade dos usos e ocupações de um espaço de uso coletivo encravado no Centro de Niterói, a Praça Jardim São João, espaço escolhido entre outros tantos do Centro para apontar que tipo de “vida” (tão criticada e moralmente rechaçada) é específica ao Centro de Niterói.

Palavras-chave: antropologia urbana, etnografia urbana, revitalização, modernidade

ABSTRACT

This study meant to describe, in the light of anthropology's theory and method, the process and conflicts related to the diffused idea of a necessary "revitalization" in the downtown of Niterói, putting these process in the dialectic mechanism of creation-destruction-recreation of the world, proper to modernity, and so well explained by Marshall Berman, Walter Benjamin or Charles Baudelaire. This analysis also tried to oppose to the moribund condition, which the need of "revitalizing" bring to the neighborhood, the description of the diversity of uses and occupations in an area of collective use located in the downtown of Niterói, the 'Praça Jardim São João', spot chosen between many others of the town to appoint what kind of "life" (so criticized and morally refused) is specific to Niterói's downtown.

Key words: urban anthropology, urban ethnography, revitalization, modernity

À minha Flora, ao meu pai e aos irmãos

AGRADECIMENTOS

Primeiro, quero agradecer à minha mulher que enfrenta essa aventura de viver, junto a mim, nos momentos difíceis e nos tempos de paz. Agradeço sua presença em minha vida, a contaminação que me causam os seus sorrisos, mas agradeço também a sua ajuda para a finalização dessa dissertação.

Estendo os agradecimentos àqueles que são mesmo parte de mim: meu pai e meus irmãos.

Agradeço aos queridos amigos que também me ajudam a enfrentar os problemas e sorrir nos doces momentos, principalmente meu amigo Pedro Capra Vieira.

Outras pessoas especiais merecem meus agradecimentos já que, de uma forma ou de outra, me apoiaram. Lembro aqui dos queridos Dalton Lobosco, Sofia Lobosco, Olavo Lobosco, Letícia Lobosco; e os tios sempre presentes Luigi e Glória Battaglia.

Agradeço também à minha orientadora Prof. Laura Graziela Gomes pela paciência e compreensão, especialmente nos tempos de finalização do texto.

É importante citar o apoio sempre pontual da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o que ajudou bastante na realização de todo o trabalho.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	7
2 – SOBRE REVITALIZAÇÃO E MODERNIDADE	11
2.1. Sobre revitalizações	15
2.2. Revitalização: um fenômeno pós-moderno	23
2.3. Revitalizar: um ato entre a vida e a morte de um lugar	27
3 – A HISTÓRIA URBANA E A REVITALIZAÇÃO EM NITERÓI	31
3.1. História urbana de Niterói	31
3.2. Revitalização em Niterói	34
3.3. A revitalização em Niterói: uma investigação	39
3.4. A Revitalização e o drama dos camelôs	47
4 – PRAÇA JARDIM SÃO JOÃO E A VIDA NO CENTRO	54
4.1. História da praça	57
4.2. Estranhamento e o início da observação	60
4.3. A Praça: sua dinâmica e códigos sociais	62
4.4. O Jardim São João: a variedade dos usos e ocupações	76
5 – CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86
ANEXOS	89

1. INTRODUÇÃO

De um interesse difuso por estudar as questões referentes à realidade urbana, mais especificamente o quadro de elementos, atores e conflitos que constituem os períodos marcados por intervenções urbanas, fui levado por uma série de fatores a me debruçar sobre o contexto urbano do tradicional Centro* niteroiense.

Entre tais fatores, e talvez o principal deles, figura o fato da elaboração por parte de minha orientadora de um projeto de pesquisa que tinha como objetivo básico elucidar, a partir dos métodos etnográficos, quais os impactos para as tradicionais ocupações e usos de espaços próximos às construções do ainda hoje inacabado “Caminho Niemeyer”. Um segundo fator se refere ao crescente estranhamento de minha parte a respeito do ideário de “revitalização” que cercava o Centro de Niterói. A exaltação dos discursos que apontavam a necessidade de “revitalização” do Centro da cidade ganhou força junto com a retomada das perspectivas para a finalização das obras do “Caminho Niemeyer”. Havia mesmo um vínculo, estabelecido por autoridades municipais e comerciantes da cidade, entre a conclusão da fase de construção do grandioso conjunto arquitetônico assinado por Oscar Niemeyer, e a eventual fundação de uma nova realidade ao Centro da cidade. Uma observação mesmo que preliminar, já era suficiente para apontar que o Aterro da Praia Grande (espaço escolhido para abrigar a maioria dos prédios do “Caminho”) era uma área muito afastada da lógica de uso e ocupação de grande parte dos habituais freqüentadores do Centro e da dos moradores do bairro. Havia inclusive uma dificuldade por parte deles de

* A constituição do Centro de Niterói como sítio urbano é apresentada no capítulo “História urbana e revitalização em Niterói”.

identificar o que era o tão citado “Caminho Niemeyer”, e onde se localizava, tamanha a distância entre o Aterro e a vida cotidiana do Centro.

A despeito disso, a conexão entre a “revitalização” do Centro e o “Caminho Niemeyer” persistiu até que mais uma vez as obras do projeto voltassem a ficar estagnadas, em virtude da ausência de verbas e investimentos ou motivos outros como o desacordo entre o autor do projeto e autoridades da Igreja Católica quanto ao tamanho do templo da Igreja a ser construído.

É nesse momento em que não havia definição de um plano para a “revitalização” do Centro de Niterói por parte da Prefeitura Municipal, mas com a manutenção de uma discussão acerca da necessidade de sua “revitalização”, que eu inicio a observação e reflexão sistemática sobre o Centro de Niterói. Surpreendia-me com a unanimidade das opiniões (entre os “atores” autorizados a falar sobre o Centro) que davam conta da degradação do Centro, e a necessidade de sua remodelação. Diante desse estranhamento inicial (tratava-se de um bairro que tais atores não queriam mais), dediquei-me ao estudo da constituição histórica como sítio urbano do que hoje é o Centro da cidade de Niterói, me deparando com o fato de que desde a sua fundação como lugar central da recém-inaugurada Vila Real da Praia Grande o lugar é alvo de intervenções urbanas que intentam transformá-lo espacialmente e impor à população freqüentadora e moradora mudanças no que diz respeito a hábitos e costumes no uso do espaço público.

Assim, os capítulos “Sobre revitalização e modernidade” e “A história urbana e a revitalização em Niterói (dois dos três capítulos que compõem a base dessa dissertação) tratam de mostrar como esse movimento transformador, que se inicia em Niterói com o “Plano da Vila Real da Praia Grande”, ganha com o passar do tempo outras formas e

contornos, mas mantém sua essência básica de transformar o mundo (no nosso caso, o Centro de Niterói) já não mais aceito.

Tal essência se adequa ao mecanismo fundamental de uma tradição da modernidade, examinada por autores como Charles Baudelaire, Walter Benjamin, Marshall Berman: o de um movimento dialético incessante de criar para destruir. Incorporando ao corpo do trabalho a dimensão histórica (exercício proposto por Marshall Sahlins e teóricos da Escola de Manchester), não foi difícil constatar o papel que as variadas intervenções urbanas tiveram no processo de construção, destruição e reconstrução do Centro de Niterói.

Ainda nos dois primeiros capítulos, tentei apontar o modo de entendimento do ideário “revitalizador” do Centro como que imerso em tal lógica moderna, sem deixar de levar em conta as especificidades desse novo tipo de intervenção urbana.

Além da dimensão teórico-abstrata que expus, um outro viés do trabalho buscou dar conta de uma descrição do conjunto de idéias, ações e conflitos que envolveram o processo de “revitalização” específica ao Centro de Niterói. Tal estudo demonstrou que o aspecto comercial, isto é, os esforços por um incremento da força comercial do Centro, foi o que mais ocupou as atenções dos órgãos municipais niteroienses no que se refere aos esforços revitalizadores. O leitor observará, especialmente no capítulo “História urbana e revitalização em Niterói”, o quanto a preocupação com o que se chamou de “reordenamento” da atividade dos vendedores ambulantes é relevante na compreensão do fenômeno da “revitalização”. Nada mais adequado para os fins do trabalho do que uma descrição etnográfica de tal “reordenamento”, e o “drama social” (nos termos de Victor Turner) ao qual foi acometido o grupo dos camelôs, espremido pela maior ação de “revitalização” da Prefeitura.

Por último, no capítulo “A Praça Jardim São João e a vida no Centro”, apresento que tipo de “vida” é específica a uma importante praça de uso público do Centro de Niterói. A descrição de tal “vida” só se fez possível por meio do uso do método da observação-participante, tão bem instrumentalizado por William Foote-Whyte no seminal “Sociedade de esquina” (2005). A dedicação à etnografia de um espaço público do Centro se justifica perante a dificuldade (talvez impossibilidade) de apontar ao leitor todo o movimento, usos e ocupações espaço do Centro em sua inteireza. A solução, diante disso, foi esse recorte espacial para os fins que o trabalho se propunha.

Dessa forma, fez-se possível opor à toda degradação, decadência, mesmo “morte” do Centro de Niterói, a “vida” específica a ele. Tal oposição entre “vida” e “morte” será objeto de análise na conclusão dessa dissertação.

Escrevo essas linhas de introdução ao presente trabalho, que se constituiu mais solidamente ao longo do ano de 2005, longe da cidade de Niterói, onde vivi meus últimos nove anos de vida. Igualmente longe do Centro de Niterói, objeto de atenção mais apurada nos últimos tempos. A milhares de quilômetros de Niterói, de volta à minha terra natal (Manaus), não me encontro longe, entretanto, de uma “revitalização urbana”. Também aqui, o Centro da cidade desvalorizado é campo fértil para intervenção. O cerne do plano aqui é a desocupação de imóveis residenciais para seu reaproveitamento a atividades artístico-culturais que atraiam a atenção de amazonenses e turistas àquela região da cidade. Constato, assim, a coincidência entre os casos niteroiense e manauara no que se refere à idéia de exclusão de segmentos de usuários (sejam freqüentadores ou moradores) tradicionais das regiões centrais. Se em Niterói, elegeu-se a remoção dos camelôs das ruas como principal aspecto de uma determinada “revitalização”, em Manaus tem-se como foco a retirada da população de baixa renda das cercanias do famoso Teatro Amazonas.

O fato de propostas de “revitalização urbana” se consolidarem em cidades tão distantes como Niterói e Manaus nutre de importância o estudo que a partir de agora o leitor terá em mãos. Trata-se de um estudo fundamentalmente a respeito dos efeitos, nos níveis ideológico e empírico, da consolidação do ideário desse novo tipo de intervenção urbana em Niterói, mas pode ser útil para a reflexão sobre o mesmo fenômeno em outras cidades.

2. SOBRE REVITALIZAÇÃO E MODERNIDADE

Diante do estudo da “revitalização” do Centro de Niterói e da apropriação do aparato teórico-metodológico de autores como Marshall Sahlins e teóricos da Escola de Manchester (Gluckman, Van Velsen, Adrian Mayer, Turner), passei a entender a realidade cultural como processo e perceber determinado ‘momento’ cultural como inelutavelmente amarrado a “lugares históricos anteriores”. No estudo ao qual me dedico, foi possível vislumbrar de que maneira a categoria “revitalização” sobrevive no discurso do Poder Público e no de parcelas da população niteroienses. Ficou evidente a partir da “investigação”^{*} (parte essencial do instrumental metodológico introduzido pela Escola de Manchester) sobre a “revitalização” do Centro de Niterói, que tal categoria vem sendo desde a década de 70 reconfigurada e reutilizada no contexto niteroiense, nos moldes do

^{*} Sobre a distinção entre “observação” e “investigação” antropológicas, ver Bela Feldman-Bianco (1987)

que Sahlins chamou de “reavaliação funcional de categorias”, ferramenta analítica sobre a qual ele escreve: “no mundo ou na ação – tecnicamente, em atos de referência – categorias culturais adquirem novos valores funcionais.” (Sahlins, 1990: 174). Fundamentado pela reflexão de Sahlins e atento à realidade niteroiense, podemos inferir que a idéia de “revitalizar” o centro de Niterói ganhou e perdeu contornos, mas conservou em sua essência a idéia da necessidade de atribuição de uma “nova vida” ao bairro.

Pretendo demonstrar que apesar de alguns estudiosos das realidades urbanas classificarem/ enquadrarem as intervenções urbanas caracterizadas pela categoria “revitalização” como “pós-modernas”, a “revitalização” do centro de Niterói, sob meu ponto de vista, pode ser compreendida como uma reverberação de mais uma era da cidade de Niterói (quicá de muitas cidades em redor do mundo), e que não foge à determinada tradição de modernidade. Mais uma vez, a reforma urbana tem como intento moldar o mundo de acordo com modelos ideais da realidade. E isso, embora cada modelo evidentemente tenha distintas características, em nada é novo.

Diante das mais variadas interpretações sobre o complexo termo “modernidade”, me arrisco aqui a sublinhar a tradição de modernidade à qual me enfileiro: entendo modernidade como o tempo da transformação intensa do mundo, da transitoriedade elevada ao mais extremado grau. No mundo moderno, o que é considerado bom hoje é o indesejável de amanhã.

O norte-americano Marshall Berman em seu “Tudo que é sólido desmancha no ar” situa sua visão de “modernidade” no resultado da dialética intensa entre “modernização” e “modernidade”, ou melhor, entre “modernização” e visões da modernidade que se resumem aos mais variados modernismos. Berman aponta que o mundo (moderno) é aquele em que o moderno é eternamente posto à prova. No livro que cito, para expor tal mecanismo, Berman

trabalha com autores aparentemente díspares, mas comumente imersos e comprometidos com o entendimento do mundo nos termos de uma intensa transformação, um mundo que constrói sem cessar, destruindo um antigo mundo retrógrado e outrora louvável. Aí se vê a grande relevância da apropriação da famosa frase de Karl Marx como título de seu livro.

Outro autor importante de ser citado, com o qual o próprio Berman dialoga num capítulo de seu livro, é Charles Baudelaire. Embora tratando especificamente de uma discussão estética, ele aponta: “A Modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente...” (Baudelaire, 2002: 25)

Especificamente quanto à discussão a respeito de cidade e diante da compreensão dela enquanto corpo imerso na modernidade, o autor italiano Giulio Carlo Argan em seu “História da arte como história da cidade” nos auxilia nessa tentativa de compreender as mudanças urbanísticas de uma cidade como integradas a um ideário moderno de eterna reconstrução do mundo e da cidade. Diz ele: “Sempre existe uma cidade ideal dentro ou sob a cidade real, distinta desta como o mundo dos pensamentos o é do mundo dos fatos. (...) A idéia da cidade ideal está profundamente arraigada em todos os períodos históricos.” (Argan, 2005: 73)

Apesar da relevância inequívoca dos pensamentos de Baudelaire e Argan para nossa reflexão, farei uso especificamente do instrumental que concede o primeiro autor apresentado aqui, Marshall Berman. O que proponho é a correlação (nos termos da idéia de “reavaliação funcional de categorias” de Marshall Sahlins) passível de ser estabelecida entre a categoria “revitalização” e a de “modernização”, tal como trabalhada por autores como Berman. Para ele, entender a intensa dialética entre “modernização” e modernidade é compreender o mecanismo fundamental do mundo atual. Coextensiva à idéia de intensa transformação de um mundo que de alguma forma já não se quer (o que enxergo como o

principal motor da vida moderna), entendo a categoria “revitalização” usada comumente em vários casos atuais de intervenção urbana, especialmente em áreas das cidades aparentemente ou de fato empobrecidas, ou onde se verifique abandono da população residencial e/ou comercial, quiçá industrial, processo classificado por alguns autores (inclusive minha orientadora Prof. Laura Graziela Gomes) como “gentrification”, num uso mais amplo do que o tradicional entendimento do termo como “aburguesamento” de uma região .

Semelhante entendimento de uma dialética entre a modernização e modernidade, podemos apreender na obra de Walter Benjamin. Sua análise é ainda mais interessante quando o autor se põe a observar os efeitos da modernização na dinâmica da cidade, especialmente a da cidade de Paris. Diz ele:

“A cidade de Paris entrou neste século com a feição que Haussmann lhe deu. Ele realizou a sua transformação da imagem da cidade com os meios mais humildes: pá, machadinha, alavanca, e coisas semelhantes. E que grau de destruição provocaram já estes instrumentos limitados! E como cresceram com a grande cidade os meios que a podem destruir! Que imagens do futuro provocam!” (Benjamin, 2000: 20)

Assim, quanto mais a realidade da cidade se impõe mais instrumentos tornam possível sua total destruição. O princípio é o mesmo de Marx ao apontar que o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo leva progressivamente ao acirramento da luta de classes, e no extremo à própria superação do sistema.

Ora, levando ao pé da letra a categoria “revitalização”, podemos pensar que de maneira geral revitaliza-se algo que já morreu ou está em vias de morte, ou ainda o que já está ultrapassado ou não aceito por algum aspecto. É evidente, assim, a proximidade entre “revitalização” e a idéia tão bem apresentada por Berman de um intenso desenvolvimento

transformador contido na base do mundo moderno, na origem da modernidade. Lembro ainda que uma das idéias atreladas às intervenções urbanas “revitalizadoras” é a da regeneração, seja ela físico-material-urbana de um lugar, seja de imposição de uma nova ordem no que diz respeito à ocupação do espaço público (em termos dos usos e atividades dos usuários e utentes dele). Tal idéia regeneradora não é nova em termos da discussão sobre as benesses trazidas pelo planejamento urbano, e tampouco é comum apenas nos discursos que envolvem as cidades do nosso tempo. A autora paulista Annateresa Fabris, trabalhando com o discurso que envolveu a abertura da Avenida Central (hoje Av. Rio Branco) no Rio de Janeiro, observa as palavras do poeta e cronista da época Olavo Bilac:

“A ânsia com a qual o projeto é esposado pelos intelectuais e pela imprensa em geral pode ser inferida de várias manifestações interiores e paralelas à inauguração da “grande artéria”. Entre as primeiras avulta uma crônica de Bilac, na qual a destruição da cidade velha é saudada efusivamente como elemento de regeneração. O contraste velho-novo é explorado simbolicamente pelo poeta graças à humanização de duas estruturas antagônicas: “o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio” e o “hino jubiloso” das picaretas regeneradoras, arautos da vitória da higiene, da arte e do bom gosto.” (Fabris,2000: 19)

Assim, a nova leva de intervenções urbanas no Centro de Niterói (sob o aspecto que exploramos aqui) pode ser contemplada como um projeto de “modernização” desse lugar da cidade, e o discurso de sua idealização, bem como as ações levadas a cabo para a sua implementação tornam nosso ponto de vista mais atraente, como ficará mais evidente no capítulo seguinte.

Tratemos agora de apresentar os pormenores do que seja uma “revitalização”, nova categoria de intervenções urbanas que vêm sendo implantadas em boa parte das grandes cidades brasileiras.

As “revitalizações urbanas” podem ser tipificadas como intervenções urbanas que passam a ser idealizadas e implementadas pelas autoridades e peritos (urbanistas) principalmente nos “centros tradicionais” das grandes cidades, após a constatação dos efeitos provocados pelo que Frúgoli chama, em seu livro “Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole”, de “desdobramento de centralidades” (Frúgoli, 2000), numa tentativa de “recuperar” a importância de áreas centrais urbanas tradicionais.

2.1. Sobre revitalizações

É importante firmar e compreender o lugar desse novo tipo de intervenção urbana no mundo contemporâneo. Até porque acredito, a exemplo dos teóricos da Escola de Manchester, que à análise antropológica não é permitida a isenção do exame dos processos históricos sob pena da real não compreensão dos fenômenos sócio-culturais estudados. No nosso caso, se debruçar sobre a história permite apontar algumas consonâncias fundamentais na apresentação de características de uma revitalização urbana. A primeira intervenção urbana conhecida como “revitalização” é reveladora de alguns pormenores que ainda hoje compõem o roteiro básico desse tipo de urbanismo.

A primeira “revitalização urbana” de que se tem notícia ocorreu na cidade portuária americana de Baltimore, mais especificamente em sua mais antiga região central (partindo do pressuposto oferecido por Frúgoli a respeito da existência de mais de uma centralidade em grandes cidades). A época de suas primeiras idealizações coincide com um momento turbulento da história da cidade e dos Estados Unidos da América, uma época que ficou

marcada pela luta pelos direitos civis naquele país. Lembro da relevância alcançada pelo partido dos Panteras Negras (Black Panthers) e do alcance de seus lemas como “black is beautiful”. Entre outras cidades, Baltimore foi palco de grandes batalhas entre as forças de repressão policial e de ativistas. O lugar mais sacudido pela revolta negra quando da morte de Marthin Luther King, em abril de 68, foi seu centro da cidade. Tal lugar já era, naquela época, ocupado na maioria por afro-descendentes.

Diante dos fatos, o governo local e grandes empresários da cidade diagnosticam que a região da cidade estava degradada, e se faziam necessários investimentos. É muito interessante como David Harvey aponta que a intervenção urbana que se seguiu tinha como aspecto básico a intenção de apresentar ao mundo a visão de uma cidade sem conflitos, já que “os distúrbios ameaçavam a vitalidade do centro e a viabilidade dos investimentos já feitos.” (Harvey, 2005: 89)

À idealização seguiu-se a construção do Harbor Place, uma grande feira no espaço do antigo cais do porto, que contava (e ainda conta) com um grande centro de convenções e outras atrações espetaculares (aquários, marina, hotéis). Rapidamente, o centro de Baltimore passou a ser exaltado tanto por setores da população da própria cidade quanto por grandes levas de turistas. Segundo Harvey, “um desenvolvimento à beira-mar que hoje atrai mais pessoas do que a Disneylândia” (Harvey, 2005: 90)

Em pouco tempo, outras cidades americanas e de outros países passaram a seguir o exemplo de Baltimore. Outras ‘revitalizações’ se seguiram. Podemos tentar compreender essa rápida aceitação para o novo modelo de intervenção urbana, se visualizarmos o que já se configurava como um grande problema para as cidades: diante da mudança na forma de acumulação do capital que ocorre desde o início dos anos setenta, as cidades passam a ter sua porção industrial reduzida e são levadas a lidar com o conseqüente e grave problema do

desemprego e dos vazios urbanos decorrentes do fechamento de grandes galpões industriais. De novo, é importante citar o autor americano ao qual já nos referimos aqui para corroborar minha proposição: “A sombria história da desindustrialização e da reestruturação deixaram a maioria das grandes cidades do mundo capitalista avançado com poucas opções além da competição entre si, em especial como centros financeiros, de consumo e de entretenimento.” (Harvey, 2005: 92) Dada a tardia industrialização dos países da periferia do capitalismo mundial, é razoável supor que tais conseqüências tenham sido tão ou mais graves.

É relevante nos ater à mudança na maneira pela qual a cidade é encarada: no final do século XIX e início do XX, momento do primeiro grande surto de afluência populacional do campo para a cidade; a uma era que se inicia na década de setenta do século passado quando a cidade se configura como um grande problema diante da iminente desindustrialização. Ora, os empregos referentes ao setor secundário da economia perdem sua importância proporcional. Quanto ao aspecto do espaço, as cidades passam a incorporar uma nova ordem, onde áreas outrora ativas se transformam em vazios.

Em boa parte das vezes, esses vazios são espaços encravados nos primeiros centros urbanizados das cidades. De determinada forma, podemos compreender essa mudança do status espacial como a passagem desses espaços da condição de “lugares” a “não-lugares”, nos termos do antropólogo francês Marc Augé. Imprescindível notar que Augé concebe o “não-lugar” menos como um ente evidente empiricamente do que como um pólo extremo abstrato que se oponha à categoria de “lugar”. Para tal autor, “o lugar, o lugar antropológico, é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa” (Augé, 2004 : 51) Assim, pode-se inferir

que o “não-lugar”, como elemento de abstração, já que acredito que qualquer espaço tenha sentido para algum grupo ou alguém, é um espaço desprovido de significado.

Dessa forma, analisar os processos que fundamentaram “revitalizações urbanas” sob a ótica desse conceito é estar diante do fato de que, em algum momento, um espaço urbano perde seu sentido para uma parcela da população, ou ao menos passa a não ter mais o significado que tinha em outros tempos. Para exemplificar, posso citar o caso do centro de Niterói que, para alguns estratos da população da cidade, foi lugar de moradia e de importantes usos comerciais e de serviços, e a partir de um momento se transforma em mero ponto de passagem diária entre a casa (em boa parte Zona Sul e Região Oceânica de Niterói) e o trabalho (áreas centrais do Rio de Janeiro). Assim, os projetos de “revitalização” refletiriam a vontade dessas classes por uma reapropriação ao sentido (para eles) original dessa região da cidade, embora possamos apontar que o fato de ser parte de um itinerário já proporcione ao lugar um sentido. Um lugar não pode ser destituído de significado, apenas ter tal significado reconstituído. Já podemos visualizar o problema da “revitalização” com essa reflexão, visto que haverá pelo lugar uma disputa de alguns atores sociais por imputar-lhe sentido. Como diz Augé “esse lugar comum ao etnólogo e a seus indígenas é, num certo sentido (no sentido do latim *invenire*), uma invenção: ele foi descoberto por aqueles que o reivindicam como seu.” (Augé, 2004: 44)

Enfim, uma disputa pela imputação de sentido à realidade já seria o bastante para firmar uma celeuma. O que podemos dizer quando essa luta discursiva transcende os limites da abstração e vai para o meio da rua, tentando transformá-la? Conflitos certamente virão à tona.

Dito isso, entendo que contar a história de uma “revitalização urbana”, ou refletir sobre suas reverberações, obriga o pesquisador da realidade social a se debruçar sobre a

dimensão do conflito. Tal dimensão é o cerne do belo trabalho de Heitor Frúgoli sobre as “revitalizações” de três áreas distintas da cidade de São Paulo. Apesar de suas especificidades, algo as une: a dissonância entre as vozes dos atores constituintes da vida a ser removida, e a dos partícipes de projetos “revitalizadores”. Frúgoli trabalha com três processos distintos ocorridos em diferentes regiões da metrópole: no centro antigo da cidade de São Paulo, na famosa Avenida Paulista e na região que cerca a Avenida Berrini. Nos três casos, verifica-se que a principal argumentação dos idealizadores/realizadores das referidas “revitalizações” é o que é classificado como mau uso dos espaços importantes da cidade. Em dois casos, esse mau uso se refere especificamente à presença de vendedores ambulantes (camelôs) no centro da cidade (áreas próximas à Praça da Sé) e na Avenida Paulista. No terceiro caso, o “incômodo” é referente a uma favela nas margens de uma recém-inaugurada avenida, área que logo depois da construção de tal via se valorizara imensamente. Os três projetos revitalizadores previam o fim ou a drástica diminuição de dois tipos de ocupação dos espaços. Nos dois casos, esses objetivos foram alcançados. Os focos principais da análise são as ações e os discursos de três associações de empresários interessados na revalorização dos espaços. Depois de extensa pesquisa etnográfica, o autor conclui quanto às intenções das associações: na Associação Viva o Centro, comprometida com a revalorização do centro da cidade de São Paulo:

“há uma tendência a se considerar que os pobres realizam uma ocupação residual dos espaços urbanos, o que explicaria em parte sua presença na área central. Além disso, há o diagnóstico de um sistema de transporte coletivo irracional, convergindo excessivamente para o Centro, o que produziria, por sua vez, uma presença popular em massa desnecessária na região – porque simplesmente de passagem. Uma mudança nesse sistema incidiria sobre essa massa,

distribuindo-a para outras regiões, o que dessa forma poderia reduzir tanto a mendicância quanto o comércio informal. Isso propiciaria, por conseqüência, o atendimento do ‘verdadeiro interesse popular’, entendido como os empregados de empresas (...) Isso, entretanto, não esgota a questão... a Viva o Centro colocou-se frontalmente contrária à própria atividade dos mesmos, dado o conjunto de irregularidades constitutivas, apoiando uma política de início a favor da ocupação legalizada e disciplinada, partindo depois para a retirada completa dos camelôs dos espaços públicos das áreas centrais.” (Frúgoli, 2000: 226)

A respeito das posições da Paulista Viva, Frúgoli conclui:

“As posições defendidas por Olavo Setúbal, presidente da Associação, são também pela retirada completa dos camelôs, pelo fato de a Paulista ser um espaço de excelência da metrópole. (...) Uma das primeiras medidas concretas da Paulista Viva, já como Associação, foi o apoio à expulsão das centenas de camelôs que ocupavam a avenida, que, pelo ‘sucesso’, serviu de modelo para intervenções similares nas áreas centrais.” (Frúgoli, 2000: 226)

Em relação às ações e discursos da associação de empresários das cercanias da Avenida Berrini, diz ele: “Já a atitude da Associação de Promoção habitacional representa um caso mais flagrante de apoio a uma ação, por parte do poder público, com práticas irregulares que resultaram na expulsão de milhares de favelados.” (Frúgoli, 2000: 227)

O que salta aos olhos nas linhas conclusivas do trabalho do sociólogo paulista é o fato de que sempre que se fundaram associações para refletir ou agir sobre uma realidade urbana, as classes populares atuantes do “lugar” (no sentido dado por Augé ao termo)

foram eleitas como um dos males a ser combatidos por suas ações e dos órgãos municipais (no caso do trabalho de Frúgoli, as relações entre essas dimensões foi sempre grande).

Outros trabalhos apontam essa busca pelo afastamento das classes populares quando de “revitalizações urbanas”. Se a cidade moderna tinha como um de seus principais valores a diversidade do meio urbano, já que “inaugurou” aos seus habitantes a cidade, os catapultando à condição de cidadãos, a cidade que se pretende com as “revitalizações” é uma cidade que se preocupa com uma categoria de indivíduos: o consumidor. Grupos que não se encaixam nessa nova condição para específicos tipos de serviços parecem não estar incluídos nas principais idealizações esboçadas pelas revitalizações. Esse é o caso de grupos ligados às classes populares. Aí podemos incluir os camelôs ou favelados, como bem mostra o trabalho de Frúgoli. Tal autor, ao final de seu trabalho, chega mesmo a indicar a necessidade da revalorização de princípios da cidade moderna para construção de uma gestão de cidade mais democrática.

Outro autor que se debruçou sobre “revitalizações urbanas” foi o arquiteto Antônio Lemme que inclui entre suas indagações as desvalorizações morais à presença de certos grupos em lugares alvos de intervenções urbanas. Empresta especial atenção às prostitutas, camelôs e mendigos, apontando a não contemplação desses grupos pelos projetos “revitalizadores”. A apreciação desses grupos por parte dos idealizadores de projetos urbanos parte do pressuposto da necessidade de sua remoção das áreas da cidade a serem revitalizadas. O autor apresenta um ponto de vista importante e bastante revelador a respeito das contradições entre os argumentos das “revitalizações” (no plano que exploramos aqui, o da remoção de grupos indesejáveis) e as evidências empíricas que apontam a vitalidade de lugares cujos principais atores sociais são as prostitutas, por exemplo. Nos termos dele:

“A prostituição tem sido, em todos os lugares e em todas as épocas, uma forte fonte vital, de agitação, uso e freqüência de determinados locais históricos das cidades. A literatura, até mesmo as novelas de TV, o cinema, nos mostram sempre os lupanares e seus arredores como os lugares de agitação, das luzes, prazeres, trocas diversas, onde os adjetivos usados pelos planejadores urbanos (degradação, estagnação, etc.) dificilmente se aplicariam. (...) A Lapa, que hoje o Governo do Estado pretende revitalizar, não teria tido suas famosas histórias, seus personagens, sua boemia; sem as prostitutas, os malandros, os artistas malditos e demais freqüentadores especiais. A Lapa não seria a Lapa.” (Lemme, 2002: 137, 138)

Em muitos casos, as “revitalizações” tiveram como principal área de atuação as antigas regiões portuárias então deterioradas pelo abandono dos investimentos públicos e privados, em virtude do crescimento e descentralização das cidades estadunidenses rumo aos subúrbios*. Como vimos, tal tipo de intervenção surge a reboque do processo de desindustrialização capitalista (processo que alguns autores classificam de “flexibilização do capital”, concomitante à crescente financeirização da economia) que tem suas conseqüências verificáveis nas áreas centrais metropolitanas, em especial nas regiões portuárias. Dessa forma, as regiões portuárias das cidades tornam-se paradigmáticas quanto ao modelo de deterioração urbana que legitima a idealização dos grandes projetos de “revitalização”. Tais projetos visam “readequirar” as antigas áreas centrais, diante das transformações do sistema capitalista, a funções como lazer, consumo e entretenimento. O processo de deterioração urbana das áreas centrais insere-se na já citada conceitualização proposta por Frúgoli do “desdobramento de centralidades”, isto é, a perda da importância de áreas tradicionalmente centrais e a ascensão de outras mais novas, que passam a receber

* a respeito dos efeitos da suburbanização das cidades estadunidenses em sua vida pública, ver Jacobs (2003)

mais atenção e investimentos tanto do setor público quanto do empresariado saído das áreas centrais anteriores. Mais do que isso, o “desdobramento de centralidades” termina por atribuir à cidade uma realidade multipolar.

Uma das questões que saltam aos olhos em nossa análise atual é a de que a deterioração e abandono das áreas centrais tradicionais das cidades, na medida em que são essas áreas antigas que inauguraram e têm grande importância na reprodução da dimensão propriamente urbana da cidade, são símbolos de uma decadência do próprio princípio urbano moderno (aí em uma conotação atrelada ao planejamento urbano, que se identifica com as reformas haussmanianas e outras semelhantes a ela). Princípio este que confere privilégio à dimensão pública e heterogênea (baseada no contato entre diferentes atores de todos os segmentos sócio-econômicos, religiosos ou culturais) dos espaços comuns. Jane Jacobs em seu livro “Morte e vida de grandes cidades” (2003) não hesita em qualificar tal heterogeneidade como a característica essencial da vida urbana. Segundo ela, “para compreender as cidades, precisamos admitir de imediato, como fenômeno fundamental, as combinações ou as misturas de usos, não os usos separados.” (Jacobs, 2003: 158) No mesmo sentido, Frúgoli argumenta que

“nas regiões centrais de uma metrópole realiza-se, em maior ou menor grau, a densidade dos contatos face a face que marcam a vida pública moderna, constituída por múltiplas dimensões como o encontro e a sociabilidade, a mediação de distintos conflitos, a tolerância à diversidade sócio-cultural, as manifestações políticas etc., que ganham nesses espaços a expressão mais acabada” (Frúgoli, 2000:42).

O tradicional centro urbano representa o lócus principal de conflitos e negociações entre diferentes sujeitos, característica fundamental de certo “mundo urbano”. Na medida em que

se diagnostica sua (a dos centros tradicionais) decadência como sítio urbano, põe-se à vista determinado afastamento de um significado de urbanidade. É evidente que junto à idéia de “revitalizar” uma área urbana, nos moldes do planejamento urbano atual, brota uma nova visão de cidade e do que deva ser valorizado nela, ou seja, uma nova visão de “modernidade” que exige uma “modernização” a uma área já não condizente com as características de um novo mundo idealizado por alguns. A “modernização”, como bem soube o Fausto de Goethe, indica conflitos entre uns “modernos” e outros “arcaicos”, ou entre as “luzes da civilização” e a “escuridão da barbárie”, como se dizia no início do século XX. Lembro que não quero, com a citação dessas oposições, carregar os conflitos que se atrelam à implementação dos planos de revitalização de idêntico peso ideológico dos conflitos de outrora, apenas apontar o conflito como mais um dos elementos relevantes do processo constitutivo da “modernidade”.

2.2.Revitalização: um fenômeno pós-moderno?

A despeito de minha argumentação aqui pela “modernidade” constitutiva dos ideais revitalizadores, importantes pensadores apontam para esse novo tipo de intervenção urbana características de uma nova realidade, a pós-moderna. O fato de essas intervenções estarem voltadas para a atração de alguns segmentos sociais, e de terem importantes dimensões mercadológicas no seu cerne, seja na dinâmica da própria cidade, seja na tentativa de incluí-la de uma forma mais atraente no “mercado mundial das cidades”, é tido como o principal signo de distinção das revitalizações, explicitando a inserção desse modelo de urbanismo a um novo mundo, o mundo pós-moderno. David Harvey em seu importante trabalho “A condição pós-moderna” aponta que se há uma característica que possa ser

entendida como consensual quanto à realidade pós-moderna é a afeição dessa à lógica de mercado. Talvez essa reflexão por si possa contemplar uma outra característica “pós-moderna”: a não contemplação nesses planos da heterogeneidade constitutiva da cidade.

Talvez a mais poderosa proposição pós-moderna seja a que diz respeito à idéia do decrescente alcance das “metanarrativas”. Citando Terry Eagleton, crítico literário americano, Harvey aponta: “Estamos agora no processo de despertar do pesadelo da modernidade, com sua razão manipuladora e seu fetiche da totalidade, para o pluralismo retornado do pós-moderno, essa gama heterogênea de estilos de vida e jogos de linguagem que renunciou ao impulso nostálgico de totalizar e legitimar a si mesmo...” (Harvey, 2005: 19). Um pouco mais adiante, entretanto, o próprio autor a que me refiro aponta que o único ponto de partida para a idéia um tanto fragmentada de pós-modernidade é o próprio princípio da modernidade. Penso que os mecanismos da tradição moderna apresentados por autores como Marshall Berman, Baudelaire, Walter Benjamin, todos já expostos aqui, são suficientemente largos para abarcar inclusive o ponto de vista pós-moderno como mais um de seus modernismos, como mais uma das vanguardas que se propuseram a elaborar uma linha reflexiva acerca da realidade circundante contemporânea. Diante desse consenso a partir do ponto de vista de Harvey, (o da relação imanente da pós-modernidade com o que se pensa como modernidade, mesmo quando se pensa em sua superação ou abandono) meu ponto de vista parece ser ainda mais reforçado. Ora, se um dos traços básicos da modernidade é o da tensão entre uma realidade antiga (pensando numa cidade, um espaço desvalorizado pronto para ser “revitalizado”) e uma outra que luta para se impor ao mundo, podemos inferir que o próprio esforço dos pós-modernistas se insira numa lógica moderna de superação, de “criação-destrutiva” ou “destruição-criativa” tão bem representada pelos dilemas fáusticos. Entendo o pós-modernismo como um movimento intelectual que se

pretendeu vanguardista na compreensão dos fenômenos da vida contemporânea, assim como antes foi o cubismo, o dadaísmo, o surrealismo, ou mesmo o modernismo brasileiro, tendo em comum com esses movimentos anteriores o seu nexo à linha histórica. Como todas essas tendências intelectuais e artístico-culturais, pode ser visto sob a luz do comentário de Harvey a seguir: “‘A vanguarda’, comenta Poggioli em seu tão lúcido estudo da história desta, ‘está condenada a conquistar, pela influência da moda, a própria popularidade que um dia desdenhou – e isso é o começo do fim.’” (Harvey, 2005: 31)

O que proponho é que encaremos a nova realidade de intervenções urbanas, as “revitalizações”, por alguns chamada de “requalificações” (o que um pouco mais palpável, se considerarmos que pode guardar um quê de relativização quanto à morte de um lugar), como elementos de um novo ideal de modernidade na cidade. Assim, enquanto a modernidade haussmanniana inaugurou a cidade como o lugar do contato entre os diversos grupos e atores sociais, esse novo ciclo urbanista pretende dar fim ou diminuir a heterogeneidade característica das cidades, em nome de um melhor aproveitamento dela por alguns grupos. A respeito disso, é relevante pensar na mudança do estatuto dos habitantes da cidade: de cidadãos participantes ativos (num sentido eminentemente político) de uma realidade urbana a consumidores das eventuais vantagens da “urbs” (no extremo os cidadãos passam a “espectadores” das transformações em sua cidade). É interessante observar a coincidência na literatura a respeito das “revitalizações” (o que exploraremos no capítulo seguinte) sobre prováveis sinais de uma busca, por parte dos idealizadores das atuais reformas urbanas, por consensos em torno da necessidade de intervenções urbanas. Fernanda Sánchez em seu extenso trabalho “A reinvenção das cidades para um mercado mundial” aponta que essa busca se dá grandemente a partir da publicidade oficial das cidades. No caso dela, as cidades pesquisadas são Curitiba e Barcelona, tidas como

“cidades-modelo” para o planejamento urbano atual. Esses modelos são louvados também por organismos internacionais, como a ONU e o Banco Mundial.

Outro importante autor que lida com as questões concernentes ao pós-modernismo, e que pode nos oferecer instrumentos para análise, é o americano Fredric Jameson. Ao se debruçar sobre o debate a respeito do que seja espaço na pós-modernidade e na modernidade, Jameson nos apresenta a idéia de que o que confere diferentes significados a tal conceito nas duas realidades é o quanto no primeiro momento a crescente urbanidade é nova e louvada, vista como um avanço diante da vida rural (se refere à realidade do século XIX e primeira metade do século XX, o que contempla a doçura da visão acerca da urbanidade de autores citados aqui, como Baudelaire e Walter Benjamin); enquanto que num segundo momento, a urbanização no mundo ocidental é quase universal e a vida urbana deixa de ser encarada como uma novidade e sim como elemento básico de uma nova realidade histórica, em cujo seio não cabe mais a idéia de modernizar já que tudo à volta (na visão de Jameson) já é moderno. Num tempo em que modernizar já não é mais a tarefa básica, é que a lógica da pós-modernidade é posta. Nos termos do autor:

“A primeira e mais importante das oposições ainda não vencidas pelo capitalismo desse período é então a oposição entre o campo e a cidade, e os sujeitos ou cidadãos do período do alto modernismo são, em sua maioria, pessoas que viveram em mundos múltiplos e em múltiplos tempos – um pays medieval para o qual voltam nas férias com a família e uma aglomeração urbana cujas elites estão, pelo menos nos países mais avançados, tentando “viver de acordo com seu século” e ser tão “absolutamente modernas” quanto o consigam ser. O próprio valor do Novo e da inovação pressupõe, de forma bem clara, a excepcionalidade do que é considerado “moderno”. (...) Nessas considerações está implícito o outro lado previsível, a saber, o

desaparecimento da natureza e de sua agricultura pré-capitalista no pós-moderno, a homogeneização de um espaço social e de uma experiência agora uniformemente modernizada e mecanizada.” (Jameson, 1997: 365)

Além dessas incursões no debate sobre o espaço, os referidos autores (David Harvey e Fredric Jameson) ponderam suas posições sobre modernidade e pós-modernidade amparados no que chamam de fim da era iluminista, o fim da era das ideologias libertadoras, ou como Jameson aponta, o fim das possibilidades modernizadoras. É de crucial relevância apontar que grandes pensadores da contemporaneidade associam o pós-modernismo (como corrente filosófica) ao conservadorismo político vigente no mundo atual, em que uma ordem de coisas se funda sobre a premissa lógica do “fim da história” como queria Francis Fukuyama.

2.3. Revitalizar: um ato entre a vida e a morte de um lugar

Como vimos, a idéia da necessidade de “revitalização” de determinada região de uma cidade é geralmente referida a um quadro de deterioração, abandono. Por “revitalizar” se compreende fazer florescer algo (no nosso caso, sítios urbanos) que não tem vitalidade. No extremo, afirmar a relevância de uma revitalização em determinada área ou bairro de cidade significa indicar sua decadência inequívoca. E é esse o tipo de discurso que se verifica tanto por parte do Poder Público, quanto por parte de parcelas da população e da mídia niteroiense. O que minha etnografia vem apontando, além disso, é que o principal vetor do discurso de decadência do Centro diz respeito ao aspecto comercial. O que venho constatando é que as ações que vêm sendo realizadas para a revitalização do bairro são

medidas que visam favorecer os comerciantes da região. Na verdade, antes de qualquer transformação de equipamentos urbanos do centro começou um processo de “reordenamento” da atividade dos camelôs que culminou numa drástica diminuição do número de vendedores ambulantes licenciados em ação no centro de Niterói. Alguns elementos reforçam essa idéia: quando me dirigi à Prefeitura de Niterói em busca de documentos que resumissem os planos de revitalização fui direcionado para a Secretaria de Ciência e Desenvolvimento Econômico (e não para a Secretaria de Urbanismo, como havia de se esperar, visto que “revitalizar” a cidade parece contemplar essa área de conhecimento) dirigida pelo Sr. Rodrigo Neves. Já em contato com tal Secretaria, me foi sugerido que entrasse em contato com uma de suas subsecretarias. Fui indicado para um órgão ainda mais específico, a Subsecretaria de Indústria e Comércio. O representante da pasta, o subsecretário, fez chegar a mim um plano de revitalização, que principalmente apontava caminhos para a ação de diminuição da atividade dos vendedores ambulantes e planos para a maior circulação de pessoas por certas ruas do centro de Niterói evidentemente por razões comerciais. Sem surpresa, notei que anexo ao documento principal que me era entregue constava um plano de revitalização comercial proposto pela CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas), instituição da qual o subsecretário já fizera parte. Abri esse grande parêntese na intenção de caracterizar ainda mais ao leitor o ideal de revitalização do centro como algo que se insira numa lógica moderna de existência e conflitos entre diversos atores sociais. O Poder Público municipal e instituições como a CDL vêm tentando implantar no Centro uma nova realidade à revelia de atores desse campo que atualmente constituem a vida do lugar.

Antes de chegar ao final desse capítulo, é importante atentar para uma dimensão reflexiva a respeito da “revitalização”: seu próprio nome. A transposição de termos que têm

como referência o organismo para aplicação às realidades sócio-culturais surge como um problema a ser examinado, mas como uma bênção diante de nossas intenções de aproximação entre “modernização” e “revitalização”. Vejamos o porquê: a palavra “revitalização”, metaforicamente, faz referência ao todo orgânico. Sobre esse tipo de “tradução”, Victor Turner em seu “Dramas, fields and metaphors” assinalou: “Even though they (tais metáforas) draw our attention to some important properties of social existence, they may and do block our perception of others.” (Turner, 1994:25) Seguindo com as metáforas, afirmar a relevância de “revitalizar” determinado espaço urbano traz à mente um quadro de morte ou quase morte de um “organismo urbano”. A própria essência da realidade urbana, a variedade, da qual tratamos há pouco, é abandonada em nome da caracterização homogeneizadora de um sítio urbano. Ou melhor, determinada característica de uma realidade urbana é reforçada por certos grupos, enquanto outros caracteres (componentes de uma realidade heterogênea) que, nesse caso, podem demonstrar determinado tipo de vitalidade dessa realidade urbana, são subdimensionados. A propalação de tal categoria (revitalização) em nossa realidade, o Centro de Niterói, aponta ao desavisado visitante um quadro de terrível e total deterioração. Mesmo que essa deterioração não faça parte das opiniões dos freqüentadores do Centro, ou tampouco de todos os habitantes de Niterói, o interessante é que ela aponta para o fato de que para uma parte da população de Niterói e, o que é muito importante para a intenções de transformação urbana, para o Poder Público, o “mundo” que o Centro representa não é mais adequado. A dimensão de homogeneidade que o uso de metáforas orgânicas lança mão é boa para pensar que a “revitalização” é uma maneira de criar um novo mundo às custas, sem dúvida, de boa parte ou da integridade do atual.

Aos olhos dos “modernizadores” (aí incluo significativas parcelas da opinião pública de Niterói e a Prefeitura), a “vitalidade” verificada no Centro de Niterói não é apreciada. Por isso, vê-se que a “revitalização” concebida prevê, em essência, não a melhoria dos equipamentos urbanos utilizados pelos moradores ou freqüentadores atuais, mas medidas que atraiam ao Centro outros grupos sociais como a significativa classe média niteroiense, bem como turistas. Assim, surge a hipótese de que tais medidas não intentem dar fôlego a determinada vitalidade existente no Centro, mas implantar um novo tipo de vitalidade.

Resta saber que tipo de mundo e de cidade essa volúpia modernizadora-revitalizadora fundará, e de que maneira (porque isso terá de acontecer) a “revitalização” proposta dialogará com os atores sociais presentes à atual realidade do lugar. Os primeiros indícios desse “diálogo” já começaram a ser sentidos dias após a posse do prefeito reeleito Godofredo Pinto, e parecem encaixar-se ainda mais na caracterização proposta aqui, da modernização se impondo sobre o mundo não mais aceito, com a efetiva diminuição drástica do número de camelôs com e sem licença atuantes em Niterói. Essa diretriz foi seguida durante todo o ano de 2005, com a progressiva ampliação de seus resultados. De julho a setembro passado, o número de camelôs licenciados foi diminuído a partir de critérios cada vez mais excludentes para a renovação de sua licença de trabalho.

Enfim, a luta constante pela rearquitetura do Centro pode ser enquadrada no que identificamos aqui como “modernidade”, e a “revitalização” é apenas mais um momento desse processo em Niterói. Incessantemente, os realizadores constroem o Centro e depois o reconstroem, e diante do mundo que muda, sempre haverá motivos para sua reconfiguração. Esse incessante transformar, base do movimento dialético-moderno, é muito bem apreciado por Berman quando de sua reflexão sobre o Fausto de Goethe: “É

como se o processo de desenvolvimento, ainda quando transforma a terra vazia num deslumbrante espaço físico e social, recriasse a terra vazia no coração do próprio fomentador. É assim que funciona a tragédia do desenvolvimento.” (Berman, 1987: 67)

3. A HISTÓRIA URBANA E A REVITALIZAÇÃO EM NITERÓI

3.1. História urbana de Niterói

Debruçando-me sobre a história urbana de Niterói, em especial a de seu Centro, pude constatar que não só a categoria “revitalização” vem sendo reconfigurada desde a década de 70. Antes das idéias revitalizadoras estarem em voga, o Centro já fora alvo de tentativas de construções e reconstruções urbanas desde a sua constituição como sítio citadino que data de 1819, ela própria (tal constituição) fruto do planejamento urbano. Como diz Marlice de Azevedo no artigo “Niterói urbano: a construção do espaço da cidade”:

“o Plano da Vila Real da Praia Grande” (o primeiro plano de urbanização de Niterói com a abertura de ruas cortando as propriedades rurais que constituíam o espaço hoje ocupado pelos prédios do centro da cidade), pela sua abrangência e pela sua implementação, merece ser visto como um dos documentos mais significativos do urbanismo brasileiro no final do Período Colonial” (Martins e Knauss (orgs.), 1997: 33).

A partir dessa primeira idealização e efetivação de um plano urbano, pode-se notar que há um padrão quanto às reformas urbanas: o que se buscou foi mesmo a consolidação de um lugar (Niterói) como cidade ao longo de diferentes fases e em busca de distintos modelos. Desde o século XIX, vê-se o constante paralelismo entre as ambições políticas, econômicas da cidade de Niterói (talvez mais claramente de suas elites), e as intervenções e planejamentos urbanos levados a cabo na cidade. Foi assim quando da elevação da cidade à categoria de capital da Província do Rio de Janeiro em 1835; e por ocasião do fim do período monárquico e concomitante início da República em 1889. Diante da proclamação da República, e a passagem da cidade à categoria de capital republicana, muitas obras foram realizadas no sentido da urbanização de Niterói como a instalação da energia elétrica, os bondes, e a inauguração do belo prédio-sede da Prefeitura na rua da Conceição. Marlice Soares de Azevedo vê nesses melhoramentos a “vinculação das intervenções urbanas com o momento político”. Segundo ela, “para um novo tempo novas formas de ocupação e de uso

do espaço são exigidos.” (Martins e Knauss, 1997: 45) A autora se refere à época em que as idéias federalistas sobrepujaram o centralismo monárquico. A partir de então, cada federação deveria ter maior independência em relação ao poder central. Diante dessa necessidade do Estado do Rio de Janeiro, surgem as propostas para a construção da Praça da República (símbolo da instituição recém fundada) e de um porto em Niterói. Ambas visam afirmar a autonomia do então Estado frente o governo central então situado na cidade do Rio de Janeiro. Em relação à construção de um porto em Niterói que possibilitaria a escoação da produção agrícola e industrial fluminense sem a necessidade de escala no porto da cidade do Rio de Janeiro, podemos inferir que tal autonomia é de caráter econômico, enquanto a idéia de fundação da Praça da República pretendia afirmar a independência política do Estado. Quanto ao porto, no momento imediatamente após a fundação da república não se dá sua inauguração, o que acontece apenas anos depois já no governo de Feliciano Sodré.

Outro momento histórico de significativas alterações urbanas em Niterói se deu diante das reformas amplas que Pereira Passos implementava no Rio de Janeiro, e o conseqüente embelezamento da então capital republicana com a intervenção em amplas áreas da sua região central e abertura de uma “artéria” principal, a então Avenida Central (hoje Avenida Rio Branco). Nessa mesma época, Feliciano Sodré (então prefeito de Niterói) lança a idéia do porto de Niterói com a escolha do lugar para construção (a hoje Avenida Feliciano Sodré) e o aterro da área circundante. Iniciam-se as obras para o aterro do mangue de São Lourenço, lugar já há muito identificado como reservatório de impurezas, esgoto e lixeira. Assim como na reforma urbana carioca da época, tal intervenção não ocorreu sem conflitos: houve casos de desapropriação de residências dos moradores da área afetada. Nesse momento, a discussão mais relevante no campo do

planejamento urbano dizia respeito à idéia de “higienizar” o espaço urbano. Vê-se que o planejamento urbano em Niterói sempre acompanha (ou impõe?) as mudanças do próprio estatuto político dessa cidade, e as acompanha “transformando” a cidade, e mais ainda seu Centro, lugar por excelência das alterações efetivadas ao longo da história. Nesse sentido, é interessante observar as reflexões impetradas pelo historiador Paulo Knauss no artigo “Cidade Panteão” no livro “Sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói”, coletânea organizada por ele mesmo. Tal autor observa a densa relação do conjunto de imagens escultóricas urbanas niteroiense com o poder público da cidade, comparativamente maior que em outras realidades. Assim, ele afirma: “as imagens escultóricas da cidade de Niterói explicitam o controle simbólico da história da sociedade urbana pela ação estatal. A imaginária urbana, em Niterói, enquanto produto social serve como instrumento da afirmação simbólica do Estado.” (Knauss (org.), 2003: 191) É relevante observar a proporção de ‘imagens escultóricas’ de artistas e intelectuais. Assim, aqui surge um elemento para reflexão sobre determinada identidade de Niterói ligada ao mundo artístico. Fixo-me nesse ponto, pois é comum, nos dias atuais, ouvir a associação da imagem da cidade de Niterói com a de um lugar-celeiro de artistas. Na prefeitura de Jorge Roberto Silveira, período historicamente apontado como sendo de recuperação da auto-estima dos niteroienses, muitos recursos passam a ser destinados para a cena cultural. Entre outras coisas, o Museu de Arte Contemporânea é inaugurado com bastante galhardia, e cujo sucesso termina por engendrar os primeiros delineamentos do até hoje embrionário Caminho Niemeyer (que continua tendo sua execução sendo arrastada pela atual administração pública niteroiense, e pela falta de investimentos privados). Penso na necessidade de se refletir sobre a imagem que os habitantes têm da cidade de Niterói e tentar entender que se os planos de “city marketing” das últimas administrações municipais

não impuseram nenhum valor à cidade, a exemplo dessa identidade de cidade de artistas (o que é comum ouvir de niteroienses de certos segmentos sociais), a análise da história política niteroiense e as imagens (esculturas principalmente) dessa cidade podem mostrar a força do poder público na constituição dessa identidade ao longo de um século e meio. Tal lógica de grande intervenção estatal na constituição de imagens da cidade continua em voga. O atual momento corrobora essa tese. É bom lembrar a monumentalidade do Caminho Niemeyer, projeto idealizado pela elite política da cidade para ser símbolo da cidade para o resto do mundo. Não é à toa o convite para a realização da obra ao arquiteto Oscar Niemeyer, depois do estrondoso sucesso do Museu de Arte Contemporânea. O arquiteto, remanescente dos tempos áureos da arquitetura modernista, goza de grande fama internacional. Diz-se que a idéia surge a partir do sucesso do MAC como símbolo da cidade, e por sua força de internacionalização da “marca” (note-se o uso dos termos da publicidade) de Niterói.

3.2. Revitalização em Niterói

À medida que tomamos a discussão das “revitalizações” e mais especificamente a do Centro de Niterói como objeto de nosso trabalho, constatávamos quanto o discurso da deterioração urbana desse bairro da cidade já é senso comum entre muitas parcelas da população da cidade, levando em conta inclusive a ampla veiculação dessa idéia nos principais meios de comunicação da cidade. O argumento principal que norteia a idéia de deterioração urbana do centro é o fato de que depois da fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e Guanabara, a construção da Ponte Rio-Niterói, o Centro perdeu gradativamente para a população de “classe média” de Niterói, seus atrativos principais: “bom comércio”,

os cinemas que outrora teve, serviços, além do fato de deixar de ser a sede do funcionalismo público do Estado fluminense. Com o crescimento e desenvolvimento da zona sul da cidade, – Icaraí, adjacências e região oceânica – torna-se cada vez mais desnecessário para restritos segmentos sociais ir ao Centro da cidade. Mesmo com a construção de um grande “shopping center” na década de 80 o Centro de Niterói foi progressivamente deixado de lado por esses estratos sociais.

A visão da decadência de uma região central da cidade associada à fuga ou desinteresse por parte das classes médias não é discernível apenas no caso de Niterói. No contexto do surgimento das intervenções urbanas classificadas como “revitalizações”, como é o caso das cidades portuárias americanas, já é possível identificá-la.

Não é por acaso então que, a partir do exemplo norte-americano, podemos verificar que os discursos para as várias “revitalizações” de áreas centrais incluem a idéia primordial da atração de classes médias e altas para essas regiões, tanto no que se refere à habitação quanto à utilização de seus equipamentos urbanos (praças, quadras de esporte, calçadas). Nesse âmbito, o caso niteroiense não foge à regra, e seus principais eixos evidenciam isso, ou seja, vê-se que a linha mestra do plano é trazer de volta as camadas médias para esse lugar da cidade, visto que o cerne dessa “revitalização” é a busca por um grande incremento à atividade comercial do centro da cidade.

No caso em questão, o problema não se resume à simples atração das camadas médias para o bairro, uma vez que o Centro de Niterói outrora foi um lugar habitado e freqüentado em boa parte por esse grupo. Nesse sentido, pode-se argumentar que o que se busca é atrair a parcela da população que se afastou da vida do Centro de Niterói, no sentido de se recuperar uma certa diversidade perdida com o afastamento desses grupos, uma volta a uma certa realidade passada (nada adequado às características da Modernidade,

da qual tratamos). Mas, se por um lado pode-se aceitar esse argumento, por outro, o cerne da “revitalização” não parece ser a perfeita adequação dos mais distintos grupos nesse espaço. Revitalizar parece dizer respeito à substituição de grupos usuários atuais desse espaço, mais identificados com as classes populares, através da instalação de novos equipamentos urbanos ou estímulos a atividades atraentes para novos atores. Em todo o caso, a dimensão da intervenção urbana como estímulo à diversidade (símbolo de uma “modernidade” passada) não é o que fica mais enfatizado nas formulações sobre a “revitalização” do Centro em Niterói.

Como vimos, a idéia da necessidade de “revitalização” de determinada região de uma cidade é geralmente referida a um quadro de deterioração, abandono. “Revitalizar” pode ser entendido como fazer florescer algo (no nosso caso, sítios urbanos) que não tem vitalidade. No extremo, afirmar a relevância de uma revitalização em determinada área ou bairro de cidade significa indicar sua decadência inequívoca. E é esse o tipo de discurso que se verifica tanto por parte do Poder Público, quanto por parte de parcelas da população e da mídia niteroiense. O que minha etnografia vem apontando, além disso, é que o principal vetor do discurso de decadência do Centro diz respeito ao aspecto comercial. O que venho constatando é que as ações que vêm sendo realizadas para a revitalização do bairro são medidas que visam favorecer os comerciantes da região. Na verdade, antes de qualquer transformação de equipamentos urbanos do centro teve início um processo de “reordenamento” da atividade dos camelôs que vem culminando com uma drástica diminuição do número de vendedores ambulantes licenciados em ação no centro de Niterói.

É realmente possível afirmar que para grande parte dos freqüentadores do centro de Niterói, uma das características indicativas da degradação do bairro é a presença de prostituição e intenso comércio informal em suas ruas. É interessante notar o quanto essas

duas atividades incrementam os usos e ocupações de uma cidade, o quanto, dessa forma, oferecem vitalidade aos lugares que ocupam. É paradoxal constatar que quanto mais ocupado, mais cheio é um lugar, mesmo que por essas duas atividades moralmente rechaçadas por boa parte da sociedade, mais decadente, sob o ponto de vista desse determinado tipo de urbanismo, é o espaço. Sem dúvida, esse paradoxo foi o primeiro e principal impulso de meu estudo sobre o centro de Niterói e os discursos e ações que cercavam sua “revitalização”.

Cabe observar como esse tipo de ideário regenerador (em termos materiais e “espirituais”), que hoje cerca os planos para a revitalização do centro, já estava presente no primeiro planejamento urbano da história de Niterói, o “Plano de Edificação para a Vila Real da Praia Grande”, que estabeleceu as primeiras linhas da nascente “urbs” niteroiense. No livro “Riscando o solo” de Maristela Chicaro de Campos, tal viés do plano é muito bem examinado. Segundo a autora, o empreendimento da época:

“representou muito mais do que uma mera modificação da configuração espacial do centro da vila. O Plano pode ser entendido, também, como uma tentativa do poder público de controlar o espaço urbano e, conseqüentemente, disciplinar seus habitantes e todos os indivíduos que por ele transitavam. A partir de então, controle e disciplina passaram a fazer parte, de modo intenso e paralelo, das discussões da Câmara. (...) Paralelamente às constantes tentativas de fazer com que os parceiros do Plano fossem seguidos rigidamente, a Câmara, desde a sua instalação, preocupou-se em esboçar normas de conduta.” (Chicaro de Campos, 1998: 112)

Tais normas de conduta ficaram conhecidas como Posturas Policiais e surgem já em 1825, ano em que a então Vila Real da Praia Grande deixava de seguir as mesmas determinações vigentes para a cidade do Rio de Janeiro, embora tal independência não tenha significado nenhuma diferença substancial nesse âmbito em relação à então capital do Brasil.

A Escola Sociológica de Chicago oferece instrumental interessante para a reflexão sobre esse aparente paradoxo, o da “revitalização” em lugares pujantes de vida social. Sob a ótica do conceito de “região moral”, cunhado inicialmente por Robert Park, é possível vislumbrar um outro ângulo de análise sobre áreas de uma cidade que sejam consideradas “mortas” ou abandonadas. Segundo o autor:

“el contagio social tiende a estimular en tipos divergentes las diferencias temperamentales comunes, y a suprimir rasgos que los identifican con los tipos normales que les rodean. La asociación con otros de la misma condición proporciona no sólo un estímulo, sino un apoyo moral para los rasgos que tienen en común y que nos encontrarían en una sociedad menos selecta. En la gran ciudad, los pobres, los viciosos y los delincuentes, amontonados en una intimidad malsana y contagiosa, se únen endogámicamente, compenetrándose (...) Debemos, pues, aceptar estas “regiones morales” y a las personas más o menos excéntricas o excepcionales que habitan en ellas, en un sentido, al menos, como parte de la vida natural, si no normal, de una ciudad.” (Park, 1952 apud Hannerz, 1993: 36)

O conceito de “região moral” tem grande consonância com uma outra noção concebida por outro autor de Chicago, Louis Wirth, que é a de “segregação”, que não pode ser visualizada sem a contemplação de uma outra categoria analítica de sua autoria, a de “auto-segregação”. Wirth, sem dúvida, potencializa a discussão sobre segregação e auto-segregação em seu trabalho de maior fôlego, o livro “The Ghetto”. O gueto, para ele, surge do entrecruzamento das variáveis de segregação e auto-segregação de grupos estrangeiros na cidade de Chicago. Em seu estudo, Wirth oferece especial atenção à comunidade judaica que ocupava o gueto. É importante sublinhar a distinção entre a categoria sociológica do gueto, tal como descrita por Wirth, e o que definiu a atividade de reclusão dos judeus por parte dos alemães na Segunda Guerra Mundial. Nesse caso, o exemplo mais famoso é o Gueto de Varsóvia. Atento a isso, Wirth dedica boa parte do seu livro a delinear as origens

históricas do gueto na tradição europeia, marcando as distinções entre o “gueto europeu” e aquele que então descrevia. Baseado na monografia de Wirth sobre o gueto em Chicago, Hannerz (1993) escreve:

“el gueto tenia una considerable autonomia en cuanto a sus asuntos internos se refiere. El mundo exterior tendía a tratarlo como una comunidad unificada. (...) Dentro de esta comunidad, las instituciones religiosas, legales, educativas y de beneficencia crecieron, encerrando a los moradores del gueto en una red vital que los conectaba entre sí y los separaba dos que quedaban fuera.”
(Wirth, 1993: 53)

O que Wirth nos diz é que, apesar do isolamento do gueto diante do resto da cidade, havia uma vida própria ao lugar. Além disso, se depreende das palavras de Hannerz mais uma conexão com a realidade que estudo: assim como o gueto tendia a ser tratado como uma comunidade unificada, o Centro de Niterói, bem como outros lugares alvos de “revitalizações urbanas”, é objeto do fácil reducionismo que as metáforas proporcionam. Assim, como já apontei antes, quando se indica a necessidade de “revitalizar”, concomitantemente se indica sua “morte”. Toda a heterogeneidade própria ao espaço urbano é posta em xeque. Surge, pelo menos, uma característica unificadora, a decadência.

Minha intenção, ao trazer o gueto para o âmbito da discussão sobre a “revitalização”, é fazer uma reflexão sobre a possibilidade de que o entendimento de uma área que precise de revitalização, do ponto de vista de alguns segmentos da sociedade, carregue um semelhante tipo de depreciação, com a conseqüente desvalorização dos códigos internos a uma “região moral”. Como se os ideais revitalizadores passassem longe de tentar entender a riqueza de um tipo de vida social moralmente condenável por alguns. Assim, sob os auspícios de levantamentos etnográficos que reconheçam os variados,

sempre existentes, códigos sociais de determinado lugar ou área da cidade, é possível fundar um novo viés crítico à maioria dos casos de “revitalizações urbanas”. Esse âmbito do trabalho, é relevante apontar, é contemplado aqui principalmente no terceiro capítulo quando me proponho a descrever as características de um importante espaço comum encravado no centro da cidade de Niterói, a Praça Jardim São João.

3.3. A revitalização em Niterói: uma “investigação”

Relevante fazer uma especial consideração no tocante aos instrumentos metodológicos que serviram de base ao estudo específico sobre a revitalização em Niterói. Ciente da condição “artesanal” dos bons trabalhos etnográficos, o antropólogo não pode se furtar a moldar seu estudo de acordo com o mundo ao qual se dedica. Ora, diante de distintas realidades, nada resta a ele senão esgueirar-se pelos variados caminhos etnográficos possíveis, sob o custo de, se não o fizer, negligenciar importantes dados da complexa realidade social à qual se dedica. Torna-se fundamental o entendimento de cada trabalho etnográfico como algo único no que se refere à sua metodologia, já que se pretende estudar realidades diferentes que propiciam ao pesquisador novos problemas, que devem ser encarados através de novas maneiras. Isso, aliás, é mais um ensinamento da Escola de Chicago: diante de realidades variadas, formas de estudo variadas. E os exemplos que ela oferece dessa variedade metodológica não são raros. Cito aqui apenas alguns exemplos: a observação participante de Foote-Whyte em seu *Street Corner Society*; o estudo biográfico, “método da história de vida” feito por Clifford Shaw em seu estudo sobre meninos delinquentes apresentado no livro “*The Jack-Roller*”; e o trabalho meticuloso de William Thomas e Florian Znaniecki intitulado “*The Polish Peasant In Europe and America*” onde,

para estudar os poloneses de origem camponesa, os autores decidiram estudar as cartas trocadas entre os imigrantes e sua terra natal, que segundo eles ao serem analisadas poderiam ajudar a entender o processo de transformação por que esses imigrantes passavam em sua transferência do meio rural europeu ao meio urbano estadunidense. Nessa mesma pesquisa, tais autores utilizaram também o método da história de vida ao estudar a biografia de um imigrante integrado de certa forma à vida em Chicago.

Além do aspecto metodológico, a Escola de Chicago contribuiu decisivamente para o estabelecimento de um estudo antropológico no meio urbano, com categorias analíticas poderosas como é o caso do conceito de “região moral” apresentado acima e que será mais bem explorado no último capítulo dessa dissertação, onde me dedico à descrição da vida de um importante espaço do Centro de Niterói.

Diante dessa lição essencial chegada a mim pelos autores de Chicago - a necessária e bem vinda volubilidade do trabalho etnográfico – um outro corpo de antropólogos ganhou relevância para o desenho de minha etnografia em Niterói. O grupo ao qual me remeto é o que ficou conhecido na história de nossa disciplina como a Escola de Manchester.

Para os intentos do presente trabalho, a apreensão fundamental, feita diante do manancial teórico-metodológico oferecido pelos teóricos de Manchester, e já anteriormente anunciada por Malinowski, é a importante distinção entre o que as pessoas fazem e o que as pessoas dizem que fazem. Tal posicionamento diante do estudo de realidades sociais ganha fundamento quando contraposto ao que Feldman-Bianco chama de “teoria das representações”, um viés metodológico que confere um peso analítico muito maior ao discurso dos informantes do que a suas ações de intervenção na realidade. Assim, as realidades examinadas pelos teóricos da Escola de Manchester são compostas de “atores sociais” e não meramente “informantes”, na medida em que se reconhece a plena

possibilidade de intervenção desses indivíduos em suas sociedades. Para melhor ilustrar esse posicionamento, é interessante citar a antropóloga paulista Eva Feldman-Bianco, organizadora de uma coletânea com alguns dos mais importantes textos da Escola de Manchester. Ao se referir aos autores dessa escola, ela afirma:

“Contribuíram, em seu conjunto, para a formulação da “teoria da ação”, que privilegia a observação e reconstrução do comportamento concreto de indivíduos específicos em situações estruturadas. (...) Enquanto a “teoria da ação” enfatiza observação do comportamento concreto, a análise de representações apóia-se principalmente em indagações verbais que têm como objetivo reconstruir “visões do mundo.” (Feldman-Bianco, 1987: 9)

Tal escolha metodológica resultou em rupturas teóricas desse grupo de autores com seus antecessores estrutural-funcionalistas, visto que os últimos concebiam as sociedades como entes sempre tendentes ao equilíbrio. A partir da perspectiva da ação dos indivíduos, aspectos da sociedade antes encobertos por sombras ganham luz. Nesse momento, o ponto de vista diacrônico se integra ao estudo antropológico, já que a história sempre foi e continua a ser feita pelos indivíduos e seus grupos. E na medida em que a sociedade comporta diversos “atores sociais”, o conflito ganha uma nova conotação, não mais compreendido como um elemento de realidades sociais em equilíbrio, mas como propriamente o propulsor de “mudanças sociais” em sociedades que experimentam contínua transformação. Não é demais lembrar que boa parte dos estudos de autores ligados a Manchester tenham sido feitos em países-colônia da África e Ásia a um passo adiante ou atrás de suas independências políticas.

Compreender a importância da análise diacrônica para os estudos antropológicos possibilita a legitimação do uso de documentos e outros materiais históricos para uma

etnografia, bem como a conseqüente incorporação dessa espécie de material ao conjunto de dados constituintes de um trabalho de Antropologia. Um dos autores que mais claramente se posiciona diante dessas possibilidades teóricas e metodológicas aqui apresentadas é Joan Vincent que diz:

“Uma abordagem alternativa proposta neste ensaio adota o ponto de vista de que uma análise completa requer que se leve em consideração uma discussão da interação política, um delineamento das relações estruturais e também uma explanação dos eventos. Uma proposta de pesquisa que leve em consideração esses três aspectos advoga a necessidade de se completar a “observação intensiva” com a abstração e a análise de “campos de atividade” e o emprego rigoroso de “material histórico.” (Feldman-Bianco, 1987: 376)

Dito isso, não custa apontar o paralelismo dessas posições e minhas necessidades na etnografia sobre a “revitalização” do centro de Niterói. Tal etnografia tem como escopo básico o discurso de “atores sociais” interessados ou não nas intervenções urbanas “revitalizadoras” do centro. É evidente que o trabalho não deixou de contemplar dimensões práticas tangentes à idéia da revitalização. Um exemplo disso é a observação do “processo de reordenamento” dos vendedores ambulantes organizado pela Prefeitura, que acompanhei sempre com entrevistas aos camelôs (removidos ou não) e reparando as modificações nos espaços de tais remoções. Esse processo é paradigmático às intenções do trabalho, visto que reúne os três principais atores da “revitalização” do Centro de Niterói, inseridos nessa dinâmica a partir de distintas veredas. São eles: a Prefeitura de Niterói, administração pública que levou a cabo tal operação; os interesses da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o grupo mais interessado na “revitalização” do centro; e os vendedores ambulantes,

que certamente tiveram sua atividade atingida pelos movimentos do intencionado reordenamento.

A razão para uma maior ênfase ao exame de material jornalístico na etnografia é o da “revitalização” ter se mantido como uma necessidade. Quando se fala em “revitalização” do centro de Niterói, claramente faz-se referência a algo que não ocorreu (talvez próximo ao que se entende por moderno, algo sempre a buscar). O fato é que grande parte dos projetos que compõem o propósito revitalizador não se encontra nem em vias de execução, e sim longe de qualquer traço conclusivo. Dessa forma, escolhi esse caminho metodológico diante da não revitalização do Centro. O que quero dizer com não revitalização? Que boa parte do que a Prefeitura de Niterói apresentou (e apresenta) como os eixos de uma revitalização terminaram por ser abandonados, ou desvinculados da idéia de revitalizar o bairro. O melhor exemplo disso se trata do Caminho Niemeyer, outrora tido como o principal eixo revitalizador e que hoje é entendido como um projeto independente tanto da dinâmica urbana do Centro de Niterói quanto de algum planejamento de interferência urbanística para esse bairro da cidade, além de podermos nesse caso (do Caminho) verificar a pouca pressa na sua realização, visto o atraso no andamento de suas obras. Um outro traço da independência do projeto do Caminho Niemeyer em relação à “revitalização” do Centro de Niterói é a autonomia de sua construção em relação à máquina administrativa do município de Niterói. Apesar dos investimentos da prefeitura, nenhuma de suas secretarias é diretamente responsável pelo Caminho Niemeyer. Para isso, há um Grupo Executivo do Caminho Niemeyer, formados por arquitetos e por donos de construtoras niteroienses. Entretanto, o projeto é sempre citado como um esforço da prefeitura para a “revitalização” do Centro. Separar grandes projetos da esfera pública municipal é uma das “receitas” citadas por Fernanda Sánchez (2003) para a compreensão

do atual tipo de planejamento urbano que se espalhou pelo mundo. Trata-se de subtrair do público a possibilidade de questionamento sobre a idealização do projeto, ou mesmo a respeito de seu andamento. O efeito é o de despolitizar a questão do urbano. Minha própria trajetória de pesquisa sobre o Caminho Niemeyer corrobora essa proposição. Sempre que me dirigi à secretaria de Urbanismo, ou às suas subsecretarias, ninguém de seu quadro de funcionários pôde me ajudar. Todos indicavam que a única saída era a de procurar o Grupo Executivo do Caminho Niemeyer para obter maiores informações. Tal entidade, entretanto, tinha como endereço o escritório de uma famosa construtora niteroiense, e lá nunca fui atendido.

Além do Caminho Niemeyer, há outros sete projetos inseridos nesse ímpeto revitalizador do Centro, segundo fontes documentais do departamento de urbanismo da Prefeitura de Niterói. São eles: um Centro de Convenções, que tem sua construção prevista para o lugar hoje ocupado pela Concha Acústica nos limites entre os bairros do Centro e São Domingos; o Parque das Águas que ocupará o morro entre as ruas Coronel Gomes Machado, São João, Waldenir Alves Machado e Avenida Marquês do Paraná; o Centro Cultural do Abrigo de Bondes, no terreno do antigo Abrigo de Bondes na rua Marechal Deodoro; uma Estação de Tratamento de Esgoto de Toque-Toque; e um plano de reorganização do trânsito da cidade.

À exceção do Parque das Águas, todos os outros projetos estão longe de representarem um impacto da vida do Centro, visto que longe de se concretizarem. O Parque das Águas tem sua inauguração prevista pela concessionária Águas de Niterói (o lugar pertence à empresa) para o primeiro semestre de 2006.

Outro projeto também ligado à revitalização diz respeito à recuperação das fachadas de prédios históricos (embora de arquitetura eclética, o que confere a eles valor somente se

tidos em conjunto) do Centro de Niterói, com a reocupação residencial das quadras internas dessas áreas. Também esse foi um projeto não levado adiante.

O encaminhamento das coisas da revitalização me fez crer mais e mais que o trabalho que tinha pela frente deveria ser muito o de me debruçar sobre os discursos que envolveram e envolvem a tal idéia, do que analisar suas reverberações do ponto de vista prático. Já que, segundo Foucault:

“o discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (Foucault, 2004: 10)

Logo, tornei as notícias e reportagens publicadas pela imprensa sobre a revitalização do Centro de Niterói objeto de minhas apreciações. O que ficou patente pela análise de material jornalístico para os propósitos de minha pesquisa é que houve duas fases de trato da imprensa em relação à idéia de “revitalizar” o Centro: o primeiro diz respeito a um momento de elogio e exaltação do projeto do Caminho Niemeyer, apresentado então como a base de um processo de transformação urbana do Centro da cidade; uma outra fase compreende um período em que, diante do atraso no andamento das obras do Caminho Niemeyer, o principal viés da “revitalização” é alterado para a proposta de uma nova arquitetura às ocupações e usos das ruas do Centro. Nesse último momento, grande parte das matérias e reportagens publicadas na imprensa niteroiense e carioca sobre a suposta “revitalização” do Centro passa a abordar o tema sempre tendo como referência a presença dos camelôs no espaço público. E tal presença passa a ser sinônimo de determinada degradação dessa região da cidade. Assim, a decadência do Centro de Niterói passa a ter

uma origem unívoca: a presença abundante dos camelôs, a desorganização que eles submetem à ocupação das calçadas e ruas, a sujeira que deixam durante e após seu expediente, bem como o prejuízo que proporcionam com sua concorrência aos comerciantes. Nesse momento, os “atores sociais” autorizados para o discurso sobre a “revitalização” deixam de ser o prefeito e seu secretário de urbanismo (o que ocorria durante a fase de elogio ao Caminho Niemeyer) e passam a ser o secretário de Segurança Pública e membros dirigentes de uma importante associação comercial niteroiense, a CDL. Segundo Foucault, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis.” (Foucault, 1996: 37)

Os dois últimos “atores” constantemente fazem referência à necessidade de uma drástica diminuição da presença dos camelôs do Centro, indicando ser essa uma condição *sine qua non* para a pretendida “revitalização”. Isso ocorre principalmente nos primeiros meses do ano de 2005, depois da intensa ocupação das ruas do Centro niteroiense pelos vendedores ambulantes no final do ano de 2004.

O cenário muda quando, já final do outono de 2005, é apresentada à sociedade de Niterói, como parte integrante de um projeto de intervenção urbana do Centro, a idéia de “reordenar” a atividade dos camelôs. Na prática, “reordenar” significava diminuir tal atividade.

É relevante abrir aqui um pequeno parêntese: quero me remeter às concomitantes tentativas que fazia de obter, junto à Prefeitura Municipal de Niterói, informações mais precisas sobre os projetos (ou projeto) de revitalização do Centro de Niterói, com o que não obtinha sucesso. Esse insucesso foi sempre compartilhado por mim com minha orientadora e colegas de nossa equipe de trabalho. O que se dava é que a cada vez que me dirigia à

Prefeitura, tinha a forte impressão que nenhum dos funcionários, entre eles alguns subsecretários, tinham conhecimento sobre projeto algum, até o dia em que uma funcionária declarou expressamente que não havia projeto da Prefeitura para o Centro da cidade.

Esse cenário de incertezas da Prefeitura quanto à “revitalização” do Centro muda assim que se anuncia o plano de reordenar a atividade dos vendedores ambulantes. Diante do noticiado, me encaminhei mais uma vez para a Prefeitura questionando sobre a revitalização, no que fui indicado para a Secretaria de Ciência, Desenvolvimento e Tecnologia, e posteriormente direcionado para uma de suas subsecretarias, a de Indústria e Comércio coordenado por um ex-dirigente da associação comercial acima citada. Lá, num dos andares do alto prédio da prefeitura de Niterói, fui recebido por uma de suas assistentes que me viabilizou, enfim, um projeto para a “revitalização” no Centro. A primeira das ações propostas ali era a de “reordenar” a atividade dos camelôs. Tal era a consonância do projeto com o que se anunciava na imprensa, que não ousei ter dúvidas: tinha em mãos o projeto da Prefeitura para a “revitalização” do Centro. Evidentemente, não era tão simples como imaginava: não se tratava de um projeto da Prefeitura, mas o de uma de suas secretarias. Certamente, entretanto, esse projeto tinha sua relevância para a Prefeitura, visto que pelo menos uma outra secretaria estava diretamente atuando no processo de concessão de licenças de alguns camelôs e na remoção da maioria deles. Tratava-se da Secretaria de Segurança Pública.

3.4. A “revitalização” e o drama dos camelôs

O jornal O Fluminense, em matéria publicada no dia 12 de maio de 2005, decreta: “Limpeza na Rua São Pedro” (ver anexo 1 da página 89). Tratava-se da retirada das barracas de quarenta e oito vendedores ambulantes com licenças irregulares, segundo a Prefeitura. A atividade coordenada pela Secretaria de Segurança Pública de Niterói foi um das dimensões de um plano que diminuiu abruptamente a presença de “camelôs” no Centro de Niterói. O critério que fundamentou a remoção dos pontos de venda desses quarenta e oito vendedores foi a não comprovação, por parte deles, do endereço. Só permanecia regulamentado o vendedor que comprovasse residência na cidade de Niterói.

O título da reportagem fazia referência, talvez sem a ciência do seu autor, a um tempo em que as idéias que norteavam as intervenções urbanísticas eram fundamentalmente as idéias higienizadoras. Tratava-se de higienizar a cidade, de limpá-la, inclusive, já naquela época, de grupos usuários do espaço público indesejáveis como os próprios vendedores ambulantes de então. É de Annateresa Fabris a observação que se refere ao momento de fundação da Avenida Central no Rio de Janeiro:

“É em nome do progresso e do embelezamento que são proibidos o comércio ambulante, a circulação de cães sem coleira, fogueiras, fogos de artifício (...) são banidos os quiosques, pontos de encontro de ‘vadios’, estruturas ‘antiestéticas’, que projetavam na cidade lembranças do oriente, quando não a imagem do povoado africano.” (Fabris, 2000: 23)

O apontamento de Fabris sugere que os vendedores ambulantes são um problema para as modernizações urbanas pelo menos há cem anos. Evidente que, se proibido e fortemente combatido pelas ações estatais que visassem, por exemplo, a incorporação desses trabalhadores ao mercado formal de trabalho, já não veríamos em abundância camelôs pelas ruas das nossas cidades. Surge, assim, uma hipótese: a presença de

vendedores ambulantes só é tida como problemática em alguns períodos da história. Segundo um de meus entrevistados mais regulares, dirigente da Associação de Vendedores Ambulantes, os problemas dos camelôs são cíclicos. Ele, camelô há décadas, afirma que por distintos motivos, a idéia de remoção ou de diminuição dos camelôs é recorrente. Entretanto, segundo ele, o atual “processo reordenador” é o que mais concebeu métodos e critérios para a diminuição massiva do número de novas concessões para esse tipo de trabalho informal. Sem dúvida, é o processo que mais diminuiu o número de camelôs em Niterói.

Tratemos então de descrever as fases desse processo. Em dezembro de 2004, havia no Centro de Niterói um número aproximado de 600 vendedores ambulantes licenciados, ou seja, com concessão cedida pela Prefeitura Municipal. Cada um desses era munido de uma “barraca”, que consiste basicamente numa frágil e desmontável estrutura metálica coberta por uma lona preta ou azul e munida de uma tábua que possibilita a exibição das mercadorias à venda. Muitas vezes, diante do número elevado de vendedores em algumas ruas, essas barracas eram posicionadas lado a lado não só ao longo da rua, como também na direção transversal a ela, o que sem dúvida dificultava o trânsito dos pedestres pelas calçadas. Aliado a isso, nesse mesmo período, calcula-se que mil outros “camelôs” não licenciados, sem a concessão da Prefeitura, ocupavam os mais concorridos espaços do Centro da cidade. Ao contrário dos primeiros, esses não contavam com as barracas, apenas com pequenos tabuleiros que, ou eram dispostos diretamente ao chão, ou contavam com uma estrutura de madeira para lhe dar sustentação, além da possibilidade de essa estrutura se resumir a uma lona que é colocada ao chão e, em momentos de tensão, funciona como uma sacola, já que amarrada por uma corda a partir de seus quatro vértices, o que confere a

esses “camelôs” uma maior mobilidade, um atributo muito bem vindo para quem busca novos espaços para vender ou quem foge do alcance da Guarda Municipal, órgão responsável pelo enfrentamento ao comércio informal.

A partir de janeiro do ano seguinte, a Prefeitura iniciou uma série de ações em busca da diminuição primeiramente do número dos vendedores ambulantes não licenciados. Tornou-se maior a presença dos agentes da Guarda Municipal pelas ruas do Centro da cidade. Sua principal atribuição era o “combate” aos camelôs. Até esse momento, a atividade dos vendedores ambulantes licenciados não tinha sido posta em questão pela Prefeitura. Tal postura da municipalidade não impedia, entretanto, que no bojo da discussão sobre a necessidade de revitalização do Centro fosse citada por diversos autores, comerciantes, ou urbanistas, a idéia de remoção ou drástica diminuição do número de camelôs pela cidade, especialmente no Centro.

O que fazer se a presença dos não-licenciados já havia sido diminuída e fortemente rechaçada? A solução surgiu em meados do mês de maio de 2005. A concessão dos vendedores ambulantes, de validade de três anos, havia de ser renovada. Novos critérios foram estabelecidos pela municipalidade, o que redundou na diminuição da presença de tais vendedores.

O primeiro passo do processo de reordenamento da atividade dos vendedores licenciados foi uma operação, amplamente noticiada pelos meios de comunicação da cidade, dirigida pela Secretaria de Segurança do município. Tal operação se constituiu como uma série de visitas de funcionários da Secretaria de Segurança (quase sempre com a presença austera do próprio Secretário de Segurança) aos “pontos” de vendedores licenciados. Tratava-se de conferir se o titular da concessão continuava em atividade. A

intenção era remover possíveis “herdeiros” das licenças. Já que as concessões não são transferíveis, algumas barracas foram desmontadas sob esse argumento.

Apesar de algumas remoções terem se dado em razão desse primeiro critério, um outro foi ainda mais impactante: passou-se a conferir os endereços dos titulares das concessões. Tal critério era inovador para a Prefeitura de Niterói. Nunca havia sido condição *sine qua non* para a concessão de licenças, ou para sua renovação. Para constituir a diferença entre a “eficácia” dos dois critérios, quero apontar que durante a passagem da Secretaria de Segurança pela Rua São Pedro (junto às ruas Coronel Gomes Machado e Visconde de Uruguai, alvo principal das ações da Secretaria de Segurança) apenas cinco barracas de vendedores foram removidas tendo como causa a morte dos titulares. Em geral, os vendedores que assumiam irregularmente eram seus parentes. Enquanto isso, em razão de não comprovação do endereço em Niterói outros quarenta e três vendedores ambulantes perderam suas concessões e tiveram suas barracas removidas.

Essa fase se deu durante o mês de maio e já foi capaz de diminuir consideravelmente o número de vendedores ambulantes especialmente nas três ruas que citei acima.

A fase seguinte consistiu em idas de funcionários da Secretaria de Segurança de Niterói aos endereços apontados anteriormente pelos vendedores ambulantes durante a primeira fase das operações, sobre a qual me referi acima. O argumento da Prefeitura para essas novas visitas foi o de verificar a veracidade das informações outrora apontadas pelos ambulantes, e avaliar o “nível sócio-econômico” dos lares visitados. Tal análise sócio-econômica levou em conta a declaração dos rendimentos dos vendedores ambulantes. Também o camelô deveria ser o único trabalhador da casa: em casos de lares onde outro

indivíduo estivesse integrado ao mercado de trabalho formal, a orientação da Secretaria de Segurança era não renovar a licença de trabalho.

O resultado desses esforços da Secretaria de Segurança foi que o número anterior de seiscentos vendedores ambulantes licenciados foi reduzido para cento e noventa, uma abrupta diminuição.

Antes de descrever as fases do “processo de reordenamento” da atividade dos camelôs, fiz referência a certa característica da condição dos camelôs em Niterói: há uma espécie de ciclo entre as relações desse grupo e a sociedade niteroiense, em especial sua classe política dirigente. O atual processo de “reordenamento” dos camelôs se insere no ideário revitalizador que cerca, há anos, o Centro de Niterói. Segundo um de meus principais informantes, o ciclo, ao qual me refiro, tem por base a proximidade das eleições municipais. Segundo sua experiência de dirigente da Associação de Vendedores Ambulantes Licenciados de Niterói, o período posterior às eleições é o mais delicado para os vendedores ambulantes, já que a Prefeitura termina por atender a algumas reivindicações de variados grupos interessados na transformação da dinâmica do Centro.

É interessante que, nesses períodos de crise, a relação entre os vendedores ambulantes e sua associação se altera. Os vendedores passam a recorrer mais ativamente ao auxílio da associação, inclusive voltando a pagar a pequena mensalidade cobrada pela Associação aos associados.

Tal quadro de coisas me fez pensar no que Victor Turner, em seu “O processo ritual”, de “dialética do ciclo de desenvolvimento” (Turner, 1974: 120). Segundo ele: “a experiência de cada indivíduo o faz estar exposto alternadamente à “estrutura” e à

“communitas”*, a estados e a transições.” (Turner, 1974: 120) É possível pensar que em determinados períodos, os camelôs são integrados à “estrutura” da sociedade niteroiense, enquanto que em outros, notadamente nos períodos de amplas intenções modernizadoras (nos termos da reflexão do primeiro capítulo), são postos sob a análise dessa mesma sociedade, situando-se à parte dela. Forma-se então a “communitas” dos camelôs.

Assim como na “dialética do ciclo do desenvolvimento” de Turner, nos ciclos relacionais aos quais são submetidos os camelôs em Niterói, há uma alternância entre a integração à estrutura (estado que aponta um quadro definido com regras e códigos estabelecidos) e a “marginalidade” em relação a ela, momento propício à formação de uma “communitas”. Para Turner, “a communitas surge onde não existe estrutura social.” (Turner, 1974: 154) Ou seja, num momento em que novos critérios e regras são instituídos, e um grupo (no nosso caso, o dos camelôs) é submetido a um processo de “reordenamento”, isto é, a uma reinserção à estrutura; que Turner define como “uma combinação superorgânica de partes ou de posições, a qual persiste, com modificações mais ou menos gradativas, através do tempo.” (Turner, 1974: 153); os indivíduos que compõem essa categoria passam pela experiência da “communitas”.

Assim, nos momentos críticos de transição de um quadro de regras para outro, nos interstícios dos “processos de reordenamento”, os camelôs voltam a se reunir em torno de sua associação, onde as pessoas estão “umas com as outras (...) na direção de um objetivo (...) o enfrentamento dinâmico com os outros.” (Turner, 1974: 154)

Depois da experiência da “communitas”, da passagem pelo momento crítico e a superação do drama, com a reabsorção do grupo pela sociedade e pela readaptação das

* Turner usa a categoria “communitas”, tentando evitar a confusão diante das mais variadas definições do conceito de “comunidade”, sobre o qual tantos outros autores se dedicam.

novas regras pelo coletivo dos camelôs, ocorre uma reintegração dialética do grupo à sociedade.

O debruçar sobre o processo de reordenamento da atividade dos camelôs, além de proporcionar a reflexão sobre os caminhos e descaminhos da relação entre os vendedores ambulantes e a municipalidade niteroiense, permite apontar a relevância atribuída pela Prefeitura de Niterói (através de suas secretarias, e órgãos como o Departamento de Fiscalização do Comércio Ambulante) à recuperação do comércio formal do Centro da cidade. Diante da “investigação” sobre a revitalização em Niterói, permito-me afirmar que o projeto que mais contou com a dedicação da Prefeitura foi o tal “reordenamento”. Durante o ano de 2005, não foram poucas as reuniões entre representantes da Prefeitura, a as associações empresariais niteroienses (principalmente a Câmara de Dirigentes Lojistas). Não intento condenar ou repudiar essa compreensível imbricação entre os interesses dos contribuintes do Centro e a Prefeitura. Entretanto, melhorias a equipamentos urbanos do Centro, como praças, calçadas, não são observáveis. Certamente, tais ações beneficiariam os moradores, usuários, e mesmo os comerciantes da região. Um dos lugares do Centro de Niterói sempre alvo de idéias “revitalizadoras” é a Praça Jardim São João: há anos, identificada com atividades como prostituição e mendicância, a praça é sempre citada como um lugar sem vida, abandonado. Entretanto, o observador que se aproxime daquele espaço pode notar uma intensa movimentação. É esse o objetivo do próximo capítulo: apresentar que dinâmica social é essa que merece tantas críticas e condenações.

4. PRAÇA JARDIM SÃO JOÃO E A VIDA NO CENTRO

Desde as primeiras reflexões sobre o atual trabalho, o de dissertar a respeito das idéias de revitalizar o Centro, me pareceu importante em algum momento dar espaço a uma descrição e mesmo uma reflexão sobre determinada vitalidade do Centro. Ora, desde o início da pesquisa me incomodou o uso da metáfora orgânica “revitalização” para nomear um certo tipo de reforma urbana. Qual o porquê disso? Ao fazer referência ao todo orgânico, o termo aponta ao lugar uma morte já que a ele é preciso se atribuir vida nova. Já apontei antes nesse trabalho a importância da leitura do famoso “Dramas, fields and metaphors” do afamado Victor Turner, um texto que disparou em mim essa inquietação. Em tal livro, a reflexão sobre as metáforas referentes ao todo orgânico ganha bom destaque, o que fica evidente principalmente no seguinte trecho também já citado: “Even though they (tais metáforas) draw our attention to some important properties of social existence, they may and do block our perception of others.” (Turner, 1994: 25)

A partir do momento da defesa do meu projeto de dissertação, (qualificação) em janeiro de 2005 até hoje, a inquietação acerca de tal questão só aumentou. Em qualquer discurso sobre o Centro, seja por políticos, seja por empresários (dois grupos de atores sociais, de fato, autorizados a discursar sobre o centro), ou em matérias jornalísticas, a tão

citada necessidade de revitalização do bairro parece proclamar mais e mais a “morte” do Centro de Niterói. Dessa forma, podemos levar ao extremo o discurso revitalizador e concluir: ou lá não acontece nada, nenhum indivíduo ou grupo desenvolve suas ações ou mantém relações sociais com outros indivíduos, ou (e essa sempre foi a hipótese mais provável e plausível) a vida que se verificava no lugar não era louvada pelos idealizadores (os mais distintos) da revitalização. Eu, um observador do Centro, não poderia me furtar a descrever que vida era essa do bairro, se é que havia. Evidentemente, ela existe e continua lá, firme e forte. Quem chega ao Centro de Niterói pelas barcas, por ônibus ou carro, pode observar os cheiros, gritos, rostos das multidões que o ocupam e usam das mais distintas maneiras. Durante o dia, o movimento pelas calçadas e ruas do Centro nunca me parecera pequeno, pelo contrário, sempre intenso.

Minha intenção não era modesta: queria descrever esse movimento, o intenso vaivém, algo que aproximasse o leitor desse texto da experiência de estar num lugar extremamente ocupado, longe da condição quase moribunda que lhe era imputada. Desse modo, na defesa de meu projeto de dissertação, anunciei minha intenção. Os componentes da banca e minha orientadora prontamente me indicaram um problema para minha então futura pesquisa: como descrever adequadamente a vida de um bairro, de um espaço vasto, no prazo de menos de um ano que me era destinado? A questão se impunha diante da necessidade de descrever a vitalidade do Centro: como fazê-lo se a multidão é uma massa amorfa, como descrever as ações de errantes multidões que se esgueiram por centenas de espaços, escritórios, bares, esquinas e calçadas? Urgia, assim, definir um lugar para aprofundar essa observação direta, uma base para o estudo, um foco para a análise. Tinha que trabalhar nos termos de uma etnografia para oferecer ao leitor desse trabalho, e a mim mesmo, uma amostra significativa da vida urbana do Centro niteroiense, sem que se fizesse

necessário me aventurar na observação de todo o bairro, opção que certamente me causaria mais problemas que soluções no que diz respeito ao intento de uma dissertação.

Parti do pressuposto, fruto do trabalho de observação direta, de que apesar de desagradável para alguns, a vida do Centro de Niterói pulsa em suas ruas, suas esquinas, becos, e é assinada por atores próprios. Considero relevantes as seguintes palavras de Jane Jacobs, autora já antes citada aqui: “há um aspecto ainda mais vil que a feiúra ou a desordem patentes, que é a máscara ignóbil da pretensa ordem, estabelecida por meio do menosprezo ou da supressão da ordem verdadeira que luta para existir e ser atendida.” (Jacobs, 2003: 14) Quer dizer, apesar do discurso que a nega há uma vida com adjetivos próprios nessa região da cidade de Niterói. A despeito de análises de cunho moral sobre a vida ali verificada, a existência humana (e isso nenhum especialista de qualquer área negará) é suficiente para conferir riqueza e complexidade à dinâmica social de um lugar.

Diante dessas intenções, o “caso de estudo” (Mello e Vogel, 1985: 21) escolhido foi a importante Praça Jardim São João. Apresso-me a explicar o porquê: a praça encravada entre as ruas São João, São Pedro, Visconde de Uruguai, Visconde Itaboraí (talvez a rua que divide a praça da sua “irmã religiosa” seja, na verdade, uma continuação da Rua Maestro Felício Toledo), passou progressivamente a ocupar o tempo de minhas visitas ao Centro de Niterói. A praça é localizada especialmente perto da sede da Associação de Vendedores Ambulantes Licenciados de Niterói na rua Maestro Felício Toledo, a qual visitei algumas vezes para entrevistar alguns de seus dirigentes, então imersos no problema do “reordenamento” da atividade dos camelôs no Centro. Também serviu como lugar para observação da própria atividade de remoção dos vendedores ambulantes, já que um de seus lados é paralelo à Rua São Pedro. A praça também não é distante do prédio da Prefeitura de Niterói para onde ia em busca de documentos sobre a revitalização ou de informações de

funcionários das várias secretarias pretensamente envolvidas na revitalização do Centro (pelo menos quatro). Quanto à importância geográfica, outro dado é que ele fica muito próximo do lugar de trabalho de minha mulher, servindo várias vezes como lugar de repouso para mim à espera de sua saída do expediente, o que geralmente coincidia com o fim de minhas atividades exploratórias no centro. Passava algum tempo ali e evidentemente notava e anotava a dinâmica específica do lugar.

Além dessas características geográficas que foram essenciais para um primeiro olhar à sua vida, a praça também se caracteriza como um importante espaço do Centro de Niterói. É situada muito próxima ao terminal rodoviário João Goulart, à estação das barcas, e a ruas importantes do centro como é o caso da rua Visconde de Rio Branco (antiga Rua da Praia), a avenida Amaral Peixoto e rua da Conceição, de modo que além da ocupação específica dela, me parecia garantida a contemplação de um dos aspectos cruciais para entender a mudança na vida do Centro, que diz respeito à dimensão da circulação pelo bairro de pessoas que vêm e vão do trabalho.

4.1. História da praça

A despeito de tudo isso, a praça ainda conta com uma importância histórica e simbólica para a cidade de Niterói, mais especificamente para o Centro. Numa das extremidades dela, se localiza a Catedral de Niterói, e em outra o atual prédio da Secretaria Municipal de Educação, antiga sede da Câmara dos Vereadores do município (outrora, em tempos mais recuados, lugar da primeira Casa da Câmara e Cadeia que fazia parte do primeiro planejamento urbano que se conhece da história de Niterói, o Plano de Edificação

para a Vila Real da Praia Grande). Assim, é possível observar como a história do Jardim São João mantém um importante paralelismo com a história urbana niteroiense desde seus primeiros tempos. Ao longo da história de Niterói, pode-se notar o papel da praça como importante lugar de sociabilidade, seja como espaço público de passeio e lazer, seja como apêndice do mais importante centro religioso da cidade, a Catedral de Niterói. Além disso, consta da história da praça ter sido ela palco de inúmeras manifestações políticas, como por exemplo a existente quando da Revolta das Barcas em 1959, um dos episódios mais marcantes da história política niteroiense. Nessa oportunidade, depois da massa de revoltosos que seguiu para a residência dos proprietários da empresa que oferecia o serviço de ligação marítima entre Niterói e a Praça XV, na Praça Jardim São João foi reunida a principal aglomeração de insatisfeitos com o aumento repentino do preço das barcas.

Cabe, assim, apresentar aqui alguns elementos que reforcem a condição da praça de importante espaço de uso público da cidade de Niterói desde os anos primordiais da velha Vila Real da Praia Grande. Desde a primeira constituição desse traçado urbano, a praça constituiu um importante espaço de sociabilidade. Seu primeiro nome foi Largo do Rossio. Desde seus primeiros tempos, como já disse antes, teve em um de seus lados a Casa de Câmara e Cadeia, além de contar em seu centro com uma igreja de louvação a São João, fundada em 27 de abril de 1831 para ser a matriz católica da cidade de Niterói. Somente em 1908, a Igreja teve seu estatuto alterado para Catedral de Niterói, o que tornou a praça, principalmente a partir daí, lugar de peregrinação de fiéis católicos de toda a cidade de Niterói, além de indivíduos de outras regiões do antigo Estado do Rio de Janeiro. Em seus primeiros tempos, a Igreja se localizava no que hoje é o trecho da praça cortado pela Rua Maestro Felício Toledo. Razoável supor que enquanto hoje se verifica a existência de uma fronteira simbólica e material (a partir das grades) entre as duas partes da praça fracionadas

pela Rua Maestro Felício Toledo, em outras épocas, essa fronteira tinha essa dimensão material por meio da existência da Igreja na região central do Jardim São João.

A Praça Jardim São João, antes Largo do Rossio e Jardim Pinto Lima, teve sua configuração espacial alterada por várias vezes desde o seu estabelecimento que data de 1839. Já foi um largo sem grades ou árvores, para depois ganhá-las. Teve suas grades retiradas, recebeu, já no século XX, o ajardinamento que alterou seu nome de Largo do Rossio para Jardim Pinto Lima. Como já apontei acima, o Rossio* já fora dividido pela Igreja de São João Batista, que depois passou a ocupar uma das extremidades do que veio a ser o Jardim São João.

A configuração atual do espaço da praça indica a ausência de uma característica que a aponte como um “jardim” (pelo menos uma de suas partes), já que hoje tem seu piso constituído pelas pedras portuguesas, presentes em boa parte das calçadas cariocas e fluminenses. Sem dúvida, o trecho da praça mais próxima à catedral possui diferentes atributos. Sua aparência lembra muito mais a de um jardim: seu piso é de terra, e algumas plantas ornamentais se juntam às árvores e, pelo menos, proporcionam ao observador uma pequena e rápida contemplação de um intruso espaço bucólico no meio da cidade. Apesar de suas árvores, principalmente oitis e castanheiras, a outra parte da Praça Jardim São João (o principal objeto de minhas contemplações) parece muito mais contínua e semelhante à realidade (ruas e calçadas) que a circunda, apesar das grades e portões que estabelecem uma fronteira entre um espaço e outro. As fotos que se seguem são eficazes para a exposição das diferenças espaciais e da ocupação das partes da praça separadas pela rua Maestro Felício Toledo:

* Segundo o dicionário Aurélio (2005): “1.praça larga; largo espaçoso 2.terreno que antigamente o povo roçava e usufruía em comum”



Foto 1: As pedras portuguesas...



Foto 2: e o jardim.

4.2. Estranhamento e o início da observação

Apesar do esforço realizado acima de apontar determinada racionalidade na escolha da praça como objeto etnográfico, o estalo inicial de estranhamento e o primeiro momento em que me pareceu atraente e cabível realizar um efetivo trabalho etnográfico a respeito dela se deu da forma mais elegante possível: com um convite. De início mal compreendido por mim, ele foi reiterado. O convite era por um banho: sim, uma senhora com idade certamente próxima aos seus cinquenta anos me convocou para tomar um banho junto a ela. Desde já, quero alertar o leitor que não intento me transformar num “herói etnográfico”,

naturalmente (eu percebi depois!) esse convite já fora feito naquele dia algumas vezes para bom número de homens e, depois de feito a mim, voltou a ser realizado. Tratava-se de uma prostituta, que oferecia seus nobres serviços aos homens que cortavam a praça rumo a suas obrigações ou já fugindo delas no final dos dias de trabalho, e indivíduos que costumam passar períodos de tempo sentados nos bancos da praça. O que mais me inquietou naquele momento foi o fato da prostituta ser uma mulher com idade, digamos, para ser minha mãe, o que foge ao estereótipo que eu tinha firmado dessa ocupação e também de características observadas das prostitutas que atuam na orla de Copacabana, que pude perceber quando de minhas explorações na praia de Copacabana.



Foto 3: prostitutas em atividade na praça

Diante da curiosidade do convite, me pus a observar o movimento da mulher pela praça. E notei a diversidade das relações dela naquele exíguo território. Em determinados momentos, ela se dirigia a sujeitos como eu que pareciam estar de passagem pela praça embora sentados em seus bancos, em outros ela sentava-se em bancos ocupados por idosos com os quais ela parecia já ter certa intimidade, ou conversava com outras mulheres que aparentavam ser suas colegas. Ainda sentou-se ao lado de um fotógrafo “lambe-lambe” (que passa seus dias de trabalho ali) e bateu um animado papo para depois lembrar das obrigações e voltar ao trabalho. Permaneci algum tempo ali e notei que além da

interpelação direta, a do convite para o banho, a mulher vestida com uma mini-saia sentava-se diante de homens e se insinuava sexualmente. Timidamente, todos, pelo menos naquele meu momento de observação, permaneciam em suas posições, ou fugiam assustados.

Apesar de eu poder seguir aqui com essas considerações, acho importante esclarecer antes sua razão de ser. Naquele instante, pude perceber o quê de complexidade que envolvia apenas um indivíduo em seu uso da praça. Apenas uma mulher era capaz de ocupar a praça de distintas maneiras num curto espaço de tempo, e estabelecer variados modos de interagir socialmente. Tal constatação apontou para a possibilidade de desvendar toda uma teia complexa de relações sociais numa praça, o que (parecia claro para mim) poderia expressar uma amostra da efervescência urbana do centro que eu tanto perseguia. Na época do início de minhas explorações na praça Jardim São João, uma matéria do jornal “O Fluminense” me chamou a atenção. Anunciava o mau estado de conservação do Jardim São João. A manchete era: “Esperando pela revitalização” (**ver anexo 2 na página 90**). Dessa forma, tive em mãos uma mostra das contradições entre o apontamento de decadência de um lugar (nesse caso, a Praça) e a real dinâmica dele, o que eu começava a observar. É bem verdade que na mesma reportagem se anunciava a presença de importantes prédios para a vida e história niteroiense. Foram citados o Conservatório de Música de Niterói, a Catedral de São João Batista, a atual sede da Secretaria Municipal de Educação.

Outro elemento que chamou minha atenção na reportagem foi a referência ao processo deflagrado pela Prefeitura de diminuição do número de camelôs. Tal referência, a exemplo de tantas outras da mesma época que se referiram aos vendedores ambulantes, adotou sempre um tom elogioso. Assim, estava diante de um material midiático niteroiense

que reunia algumas das características da idéia de revitalizar o centro. Além disso, a reportagem se referia especificamente ao lugar que então estudava: o Jardim São João.

4.3. A Praça: sua dinâmica e códigos sociais

O desafio era o de entender que grupos e indivíduos faziam parte daquela realidade, de que maneira se relacionavam, que conflitos porventura tinham; tentar compreender essa complexa realidade que se desenrolava dentro da praça, essencialmente um território definido, visto inclusive que no nosso caso (a Praça Jardim São João) há mesmo a existência de grades e portões (reinstalados na década de 70) que delimitam materialmente a sua extensão, estabelecem suas fronteiras, dentro das quais se desenrolam alguns códigos, como o da relação de aproximação entre as prostitutas e seus clientes, quase inaceitáveis em outras paragens. Lembro que a alguns metros dali, está a catedral católica de Niterói: certamente em suas cercanias mais imediatas, o comportamento das prostitutas da praça sofreria maior oposição. Enfim, a tarefa era descrever a dinâmica social verificável nas fronteiras da praça. A partir de então, todo o aparato conceitual teórico e metodológico deveria ser usado nesse sentido.

A leitura de importantes autores da Escola de Chicago me auxiliou a entender que o estudo da realidade urbana não necessitava apenas de uma adequação metodológica e de entendimento das abordagens antropológicas clássicas, e sim de uma nova maneira de abordar e estudar uma nova realidade, muito diversa das examinadas pelo que se costuma chamar de Antropologia Clássica. Isaac Joseph, estudioso francês da Escola de Chicago e

tradutor de alguns importantes textos dessa “escola”, aponta em entrevista concedida a Lícia Valladares e Roberto Kant de Lima:

“... de Simmel a Goffman, a linha de pensamento (...) construiu-se sob outra experiência: a dos vínculos fracos, a do mal-entendido e do retraimento, da inevitável superficialidade das trocas. (...) O que interessa à tradição sociológica que tem origem em Chicago não é a sociabilidade de um “nós” já constituído. O interessante é o que emerge de um encontro público (é a definição precisa de sociabilidade para historiadores como Maurice Agulhon ou Daniel Roche), o mais sociedade, para falar como Simmel, que se pode esperar de uma reunião feliz, pertinente .” (Kant, Valladares, 1999:5)

A realidade que observo na praça guarda semelhanças à descrição de Isaac Joseph, que tem por base a leitura do autor a respeito das formulações dos sociólogos de Chicago: a praça manifesta-se como um espaço delimitador de um específico tipo de sociabilidade, de relações sociais de caráter majoritariamente superficial. Em minha visão, essa “superficialidade” das relações sociais na praça possibilita, no nível metodológico, uma melhor apreensão dos mecanismos de construção dos códigos que as regulam. Ora, na medida em que, a exemplo do que Joseph tratou, esse “nós” não é constituído, pode-se afirmar mais claramente em relação à dinâmica da realidade da praça sua condição processual no que se refere à perene construção e reconstrução de seus códigos de conduta. Evidente que a dimensão processual da vida social é discernível em distintas realidades, o que, a exemplo do que Turner e outros autores tentaram mostrar, é passível de verificação a partir do uso do “método do caso extenso”(Turner, 2005: 160) Segundo ele,

“a teoria processual envolve um vocabulário de “devir” bem como de “ser”, admite a pluralidade, a disparidade, o conflito entre

grupos, papéis, ideais e idéias, e, já que ela está preocupada com seres humanos, considera variáveis como “objetivo”, “motivação”, “intenção”, “racionalidade” e “significado”. (...) Tais desenvolvimentos resultaram do uso do método de caso extenso, que estuda as vicissitudes de sistemas sociais específicos ao longo do tempo através de uma série de estudos de caso.” (Turner, 2005: 159)

Mais claramente: a praça pareceu-me um lugar onde pessoas desconhecidas se “conhecem” e se relacionam de acordo com uma superficialidade dos laços querida por quase todos. Os principais trabalhos da Escola de Chicago apontaram que a realidade urbana é passível de ser estudada, se levado em conta esse tipo de relação peculiar travada nela. Para Robert Park, importante autor da Escola de Chicago,

“... a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones, etc; algo mais também que uma constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição (...) A cidade como Oswald Spengler observou recentemente, tem sua cultura própria (...) Finalmente, a cidade é o habitat natural do homem civilizado. Por essa razão, ela é uma área cultural caracterizada pelo seu próprio tipo cultural peculiar (...)” (1967:29,31)

Sobre esse tipo cultural, Simmel que muito influenciou os sociólogos da Escola de Chicago afirma que se caracteriza pelo ar *blasé* do habitante citadino, isto é, nota-se uma

determinada superficialidade nas reações dos indivíduos quanto aos estímulos que a cidade oferece, e dentre eles, a interação com outros indivíduos.

Do ponto de vista metodológico, a contribuição de autores como William Foote-Whyte foi muito grande. A exemplo do trabalho do referido autor, minha etnografia teve, durante quase toda sua duração, um caráter informal no que se refere ao trato entre eu e os usuários da praça. As entrevistas nunca tiveram um roteiro rígido, o que certamente permitiu apreender as vicissitudes dos variados usos que se impõem na praça. Sem dúvida, esse método me pareceu o mais conveniente para grande parte das situações em que me encontrava “etnografando” a praça. Minha opção foi a de sempre tentar me inserir na praça sem parecer inconveniente, seja atrapalhando as atividades do fotógrafo ou os movimentos pelo território da praça que fazem as prostitutas em busca do sustento, além das vendas dos camelôs. Nada mais comum, então, do que uma dúvida, aparentemente irrelevante, a respeito do uso do gravador. Apesar de proporções cada vez menores, o pequeno aparelho é capaz de proporcionar alguns malogros se usado em ocasiões inadequadas. Semelhante reflexão vislumbrei quando de meu exercício etnográfico na Praia de Copacabana^{*}. Assim como o Jardim São João, a praia se caracteriza por relações de caráter informal e, muitas vezes, ao me apresentar munido de um roteiro de entrevista ou mesmo com um questionário já pronto antecipadamente, além de gravador, boas possibilidades de coleta de informações se perdiam, já que as pessoas ou se recusavam a fazer depoimentos, ou o faziam interrompendo o caráter dominante de informalidade da praia, se transportando para um outro etos (nos termos de Bateson), de tom comportamental mais sério. Na medida em que me via nesses momentos como um agente transformador do comportamento dos

^{*} Exercício etnográfico realizado entre os anos de 2001 e 2003, por ocasião da participação através do PIBIC/CNPq no projeto de pesquisa “Urbanização e consumo: comércio, consumo, e cultura urbana numa perspectiva comparada” coordenado pela Prof. Laura Graziela Gomes

freqüentadores, tinha a clara percepção de influenciar no comportamento das pessoas e, dessa forma, influir na realidade que eu pretendia estudar. Como disse Foote-Whyte (2005): “O que eu queria observar era o que as pessoas faziam em circunstâncias normais, não me cabendo induzi-las a atividades diferentes”. Durante a pesquisa em Copacabana, experimentava a sensação de pouco intervir a realidade quando me confundia com o meio e fazia surgir com algum indivíduo uma conversa, onde aí pudesse me apresentar como estudante de Ciências Sociais interessado em algumas questões concernentes à vida na praia.

Nesse âmbito, é relevante nos remeter mais uma vez a um exercício de comparação metodológica ao trabalho de Foote-Whyte, “Street Corner Society”, onde o autor indica a importância da existência de um “broker”, de um indivíduo que, uma vez contatado, é capaz de introduzir o pesquisador ao meio que ele deseja estudar, estabelecendo assim uma rede de contatos relevantes para a pesquisa. Foote-Whyte chama seu “broker” de Doc.

No Jardim São João, de antemão, era preciso me legitimar como pesquisador interessado na vida da praça. Tinha que escolher uma via para essa inserção e o caminho escolhido não podia ter sido melhor. A escolha foi me aproximar do fotógrafo (com o qual a prostituta conversara no primeiro dia de minha “observação direta”) por esse me parecer o sujeito mais presente à vida na praça. E assim foi.

Assim como Foote-Whyte “descobri que precisava dar uma explicação para minha presença ali e para o meu estudo.” (Foote-Whyte, 2005: 301) A exemplo do referido autor, percebi que devia apresentar as razões de minha presença para os indivíduos atuantes naquela realidade, em especial, e isso é uma grande contribuição do importante autor americano, para aqueles que tivessem trânsito com a maioria dos indivíduos da praça, nos moldes do que Whyte então chamou de “indivíduos-chave”. A observação, que se iniciou

com o convite que aqui já relatei, apontava essas características da condição de “indivíduo-chave” para o fotógrafo (conhecido como “lambe-lambe”) que tirava retratos “três por quatro” e “cinco por sete” durante suas horas de trabalho na praça. Lá ele permanece das oito às cinco da tarde e que (a observação direta apontou) estabeleceu importante interação com alguns componentes do grupo das prostitutas, além de ser bastante contemplado por “visitas” de alguns passantes durante o dia. Assim, me parecia relevante tentar a aproximação a esse importante ator social (note-se que eu faço uso desse termo na tradição da escola de Manchester) da praça. Sabia que qualquer mau acesso ao homem, podia representar um insucesso também com outros segmentos importantes de atores da praça, vista sua boa inserção na dinâmica da praça. Depois de uma breve reflexão sobre as possibilidades de um insucesso, num dia de observação na praça, resolvi me dirigir a ele. Devia aprender a “me conduzir” (Foote-Whyte, 2005: 301) no campo e tentar me inserir nele como pesquisador. Era necessário apontar uma explicação plausível para a minha presença e minhas intenções na praça.

Fui honesto e já me apresentei explicitando as minhas intenções de estudo da praça, bem como as perspectivas para o estudo, indicando que o trabalho na praça faria parte de uma dissertação em Antropologia, que abordaria determinados aspectos da idéia tão disseminada por Niterói de “revitalizar” o Centro da cidade. Desde o início, a recepção dele àquela invasão em sua rotina, o que certamente representou minha presença ali, foi boa: explicitou animação e curiosidade quanto aos meios pelos quais poderia contribuir. De início, fiz algumas perguntas, entre elas, sobre a possibilidade de acompanhá-lo em seu trabalho, ali sentado ao seu lado. Esforcei-me por convencê-lo a respeito da importância daquilo. Fui bem-sucedido e pude contar com um lugar de observação do “campo” acompanhado de uma importante e estabelecida figura da praça. Se Evans-Pritchard via

toda a aldeia dos Nuer de sua cabana, eu avistava todo o Jardim São João do banco emprestado pelo fotógrafo da praça, e o que foi melhor e mais tranquilizador: tendo-o ao meu lado.



Foto 4: Seu Sílvio, à esquerda, tendo ao lado um de seus visitantes ocasionais



Foto 5: a cadeira do Seu Sílvio e o banco do etnógrafo

A despeito do fato de eu identificar o fotógrafo como um “indivíduo-chave” da praça, nos moldes das formulações de Foote-Whyte, devo advertir que há sinais de que ele próprio tem consciência disso. Evidente que ele não explicita esse ponto de vista, soaria por demais pedante, o que ele não é. Principalmente, os principais sinais dessa consciência surgem muito mais diante de algumas conseqüências negativas decorrentes da “centralidade” dele para a praça do que o contrário. Em algumas declarações, o fotógrafo indica seu descontentamento com alguns aspectos da realidade da praça. Seu Sílvio trabalha de segunda a sábado: nos dias úteis da semana de oito da manhã até seis da tarde, enquanto que no sábado só até as três horas da tarde. Em todos os dias, o lugar que ele ocupa na praça é próximo de um dos portões de saída que se situa nas proximidades da esquina das ruas Visconde de Uruguai e São João. A necessidade de se situar nas imediações desse portão se explica pela necessidade de energia elétrica para o funcionamento de seu instrumental de trabalho. Como há um ponto de luz, que ele paga regularmente, instalado no grosso caule de uma das árvores que cercam a praça, dali ele não pode se afastar. Hoje o fotógrafo se posiciona mais perto da rua São João, devido à queda de uma outra árvore centenária da rua Visconde de Uruguai que servia de suporte a um antigo ponto de eletricidade. Depois que caiu a árvore, Sr. S. “mudou-se” para alguns metros adiante, o que não parece representar nada de bom ou ruim do ponto de vista de seu faturamento. A procura pelos seus serviços me parece a mesma.

Vimos, assim, que o Seu Sílvio tem uma pequena “margem de fuga” se algo o incomoda na praça. Simplesmente ele não pode se mudar para o outro lado da praça ao seu bel prazer, até porque (eu não entrei muito nesse mérito) seu lugar na praça depende de uma certa negociação dele com a Prefeitura de Niterói. Entretanto, quando algum grupo ou

atividade o incomoda na praça, ele pode mover sua barraca por alguns metros. Tal ação tem muito mais a ver com a intenção de demonstrar sua insatisfação para quem ele sabe que vai compreendê-lo do que efetivamente afastar qualquer possibilidade real de aborrecimento. Presenciei momentos nos quais ele tinha ao seu lado um grande grupo de mendigos que bebiam cachaça e falavam a abertamente sobre alguns de seus momentos sexuais. Seu Sílvio prontamente se afastou alguns metros do sustentáculo material daquela barulhenta reunião, os dois bancos de cimento que se avizinhavam ao seu lugar de trabalho.

Além desse, há outros artifícios para que ele se interdite a maiores contatos com alguns indivíduos. Ele afirma não ter nada contra a atividade da prostituição na praça, entretanto, reconhece que a massiva presença de prostitutas na sua proximidade mais imediata pode prejudicar seu negócio com as fotos. Dá sempre o exemplo da velha senhora que passará pela praça trazendo o neto em busca das fotos 3X4 para a matrícula da escola e que, ao ver prostitutas se insinuando aos passantes, se assustará e se afastará dali. Assim, mesmo gostando de algumas moças da praça, especialmente de uma (apesar de nunca ter aceitado as propostas que lhe são feitas quase que diariamente por ela), Seu Sílvio controla seu impulso pessoal (é um sujeito bastante simpático), e procura ser menos receptivo com elas tendo em vista objetivamente tornar explícito seu desagrado e afastá-las um pouco. É possível constatar a racionalidade que regula parte das ações de Seu Sílvio na praça.

Como “indivíduo-chave” que é, Seu Sílvio parece estar sempre preocupado em saber como suas ações repercutem no meio da praça. Relatou a mim, por exemplo, que quando intenta que as prostitutas saibam que ele não deseja sua companhia, é necessário tratar a primeira delas a abordá-lo o mais secamente possível. Essa simples tomada de posição, na visão dele, é suficiente para que as outras tenham ciência que ele não está tão aberto a conversas e contato mais direto com elas. Tal “competência social” encontra eco

para com esse “quase-grupo”, nos termos de Adrian Mayer, das prostitutas, visto que ele tem relações estabelecidas com as senhoras e, de certa forma, se assegura que suas iniciativas tenham um fim passível de ser delineado, com um tácito reconhecimento e concordância das prostitutas. Entretanto, suas ações parecem não encontrar fim específico quando suas relações com grupos não são estabelecidas, como é o caso dos mendigos. Com esses personagens atuantes na praça, Seu Sílvio é consciente que algumas ações de sua parte, ou mesmo algo que venha a falar, pode ser visto de uma forma enviesada ou mesmo rechaçado, o que para ele pode provocar conseqüências ruins. É o caso de quando próximo a ele estão presentes os mendigos da praça, talvez os freqüentadores mais habituais da praça. Acima apontei ter presenciado momentos em que ao menos dez indivíduos se reuniram em torno de dois bancos dispostos perpendicularmente um em relação ao outro. A estrutura do fotógrafo é posicionada à pouquíssima distância de tais bancos. Sentado ao lado do Seu Sílvio, e com minha atenção direcionada ao efeito causado pela proximidade dos mendigos já que tal possibilidade me tinha sido apontada pelo fotógrafo anteriormente, notei que a procura aos serviços do Sr. Sílvio realmente diminuía. Em geral, permaneço ao lado do Seu Sílvio de duas a três horas num dia. Durante esse período de tempo, é normal que quatro ou cinco pessoas surjam requerendo os serviços de fotografia. Nos três dias em que próximo a ele percebi a grande presença de mendigos, esse movimento se reduziu a uma ou duas pessoas.

Diante disso, era evidente o descontentamento de Seu Sílvio. Diferentemente, entretanto, do que ocorria com as prostitutas, a quem ele facilmente conseguia traduzir o eventual desagrado diante de sua presença, aos mendigos ele nada diz. Uma das razões é o receio que ele tem a respeito do contato com esses indivíduos. Numa de minhas visitas à Praça Jardim São João, Seu Sílvio me apresentou uma matéria de um pequeno jornal

niteroiense que abordava a prisão de invasores de uma casa no Centro de Niterói habitada por moradores chineses então em viagem de férias ao seu país de origem. Entre tais invasores, em sua maioria presos e expostos à câmera fotográfica do jornal, tentando levar aparelhos eletro-eletrônicos da casa em questão, Seu Sílvio me apontou alguns que além de constituírem tal quadrilha, também moravam nas calçadas da área externa da praça, munidos de papelões e cobertores, e que diariamente passam grande parte de seus dias dentro dos limites das praças, usando seus bancos e se aproveitando das sombras proporcionadas pelos oitis centenários distribuídos em seu interior. Na grande maioria dos dias, esses indivíduos ocupam a porção da praça menos ocupada, que é a referente ao seu lado voltado para a rua Maestro Felício Toledo. É um lugar que não faz parte das rotas principais dos pedestres pela praça, e nem é preferido pelos freqüentadores dela mais habituais, sejam eles os idosos que passam maiores períodos na praça ou visitantes que usam e ocupam a praça em geral depois do horário do almoço (por volta das 13 horas) ou depois do horário de expediente de trabalho (mais ou menos 17:30). Mesmo as prostitutas que “fazem ponto” na praça preferem os espaços mais ocupados da praça, a porção da praça voltado para a rua Visconde de Uruguai, principalmente próximo à esquina com a rua São João, o lugar ocupado também pelo Sr. Sílvio e trecho da principal “vereda” da praça que é a reta que conecta a esquina da rua São João com a Visconde de Uruguai ao vértice formado pelas ruas São Pedro e Maestro Felício de Toledo.

Fiquei intrigado com a iniciativa do Seu Sílvio, visto que guardara o jornal (já envelhecido por alguns dias) apenas para me mostrar. A situação é reveladora a respeito da compreensão que o Seu Sílvio tem de seu domínio sobre a praça. Claramente, a intenção era me advertir que talvez me dirigir àquelas figuras da praça não fosse seguro inteiramente, e que, diferente de outros grupos, a presença dele junto a mim contribuiria

pouquíssimo num hipotético momento crítico. Além disso, o fato corrobora a análise de que esse canal de interação (entre o fotógrafo e os mendigos) não tem sintonia, não conta com códigos decifráveis próprios e, se conta, sua principal característica é a inexistência de comunicação. Trata-se de uma relação baseada no silêncio, na invisibilidade. Por isso, o temor do fotógrafo de que suas ações ganhassem repercussões funestas. A relação de compreensão existente entre o fotógrafo e as prostitutas, mesmo de aceitação, é ausente no caso dos mendigos. Sem dúvida, o tipo de interação entre Seu Sílvio e os moradores (mendigos) da praça repercutiu em meu trabalho de campo, já que não consegui em momento algum da etnografia uma aproximação com esses indivíduos.

Quero lembrar que, apesar de eu ter citado inicialmente apenas o “código para impedimento” do fotógrafo para com as prostitutas, com outros personagens da praça também é possível perceber dinâmica semelhante. É o caso, por exemplo, de alguns vendedores ambulantes que chegam ao centro da cidade pela manhã munidos de, além dos objetos ou alimentos que vão vender, mochilas ou sacolas. Com toda a certeza, carregá-las representa um maior esforço físico, ou mesmo um fator proibitivo no que se refere ao rápido movimento pelas ruas do centro. Faz-se necessário guardar o peso excedente ao essencial em lugar confiável. A estrutura do Sr. Sílvio conta com um pequeno espaço livre, uma espécie de vão com uma porta abaixo da gaveta onde o fotógrafo guarda seus pertences. É esse pequeno vão que é disputado por alguns vendedores que têm confiança no fotógrafo. Em geral, tais pedidos são aceitos por ele. Entretanto, há dias em que o Sr. S. tem planos diferentes do habitual: ir para casa mais cedo, ou resolver problemas mesmo pelo centro de Niterói. Assim, encerra o tempo de trabalho mais cedo que de costume. Dessa forma, fica impossibilitado de ser o “porto seguro” de alguns vendedores ambulantes. Apesar de baseada na confiança, há um tipo de restabelecimento diário do acordo entre o

fotógrafo e os vendedores ambulantes que pedem o favor de o primeiro guardar seus pertences. Essa negociação se dá especialmente pela manhã, nas primeiras horas da manhã. As questões abordadas são sempre o que está guardado em cada sacola e em cada mochila, o porquê de se guardar ali, e por quanto tempo o acordo é firmado. Em geral, o diálogo termina com uma combinação acerca do horário em que o vendedor buscará seus pertences, horário sempre anterior ao final do período de trabalho do Seu Sílvio.

Tratar dessa relação de confiança entre o fotógrafo e alguns vendedores ambulantes permite tratar dessas figuras recorrentes na vida da praça: os camelôs. Em busca da clientela da própria praça, idosos, indivíduos que descansam nos bancos, os fotógrafos (além do Sr. Sílvio, há mais um “lambe-lambe”), prostitutas, e mesmo os mendigos, ou fugindo da repressão da Guarda Municipal, os ambulantes estão sempre ali. Assim, são duas as categorias de vendedores freqüentadores da praça: os mais habituais, em geral comerciam alimentos como amendoim ou chocolate, e não contam com uma estrutura que os torne visíveis aos olhos inquisitoriais dos guardas municipais. Também saem da praça durante seu dia de trabalho, mas é comum percebê-los sentados nos bancos da praça, expondo os objetos que intentam vender aos passantes que cruzam a praça e aos indivíduos que passam maiores períodos na praça, em boa parte aposentados. Em geral, essa categoria de vendedores *habitués* da praça não tem problema com a Guarda Municipal, já que sua mercadoria é facilmente manejável, e fácil de esconder. É uma parte desse grupo que estabelece vínculos com o Sr. Sílvio, conhecem as prostitutas. Passam a impressão ao observador de se sentirem à vontade, visto que com facilidade conjugam seu trabalho (condenado nas ruas do Centro de Niterói) com animadas conversas com outros personagens do Jardim São João. É comum, inclusive, se agruparem num ou dois bancos centrais da praça e ali passarem longos períodos em busca dos compradores.



Foto 6: à direita, os camelôs *habitués* da praça; à esquerda, mendigos moradores da praça

Já o outro tipo de vendedor ambulante a usar o espaço do Jardim São João tem no caráter episódico da sua presença na praça a principal dessemelhança em relação ao primeiro grupo. Em geral, tais vendedores adentram o espaço da praça fugindo de operações da Guarda Municipal. Carregam estrutura de madeira, uma espécie de tabuleiro, que proporciona a melhor exposição de sua mercadoria. Se conveniente no âmbito da exibição das mercadorias, a estrutura significa um entrave a mais para as fugas (várias num só dia) da perseguição da Guarda Municipal. Sempre me intrigou o fato de que a entrada na praça funcionava como uma anulação da perseguição. Ao entrarem na praça, os camelôs pareciam aliviados, enfim com a possibilidade de descanso depois de corridas urgentes pelas ruas do Centro. Por seu turno, os guardas percebendo a entrada dos ambulantes na praça, nunca prosseguiram com a perseguição. A praça ganhava um papel de neutralidade, como se representasse um espaço fora da dinâmica das ruas do Centro de Niterói, onde o “jogo” entre os vendedores ambulantes e os guardas municipais é intenso.

Instigante para tal reflexão foi um diálogo que presenciei entre um vendedor ambulante e um guarda municipal. Alguns centímetros os separavam, mas a grade do Jardim São João pareceu representar uma barreira suficiente para que os dois relaxassem e compreendessem como finda aquela complicada interação entre perseguidor e perseguido. O comentário do Guarda Municipal que se seguiu foi: “Se você estivesse aqui fora...” Tentei, através de entrevistas a camelôs e a guardas municipais, elucidar a questão. Em todas as vezes que tentei, entretanto, não tive sucesso. Nunca expuseram os seus motivos claramente. Entretanto, a etnografia proporcionou algumas diretrizes a esse respeito.

Segundo os vendedores ambulantes, para que as vendas sejam boas, há o pressuposto da presença num lugar de boa movimentação, em especial nas esquinas entre as principais ruas de Niterói. Assim, é possível constatar que o principal lugar de agrupamento desses vendedores ambulantes não licenciados, seus tabuleiros e outros apetrechos, é principalmente nas ruas especialmente movimentadas. Além de representar aumento da vendagem das mercadorias negociadas pelos camelôs, a presença deles representa importante obstáculo ao intenso fluxo de pedestres verificável nessas movimentadas calçadas. Do banco cedido pelo Seu Sílvio na praça, pude observar essa intensiva ocupação principalmente nas esquinas entre as ruas Visconde de Uruguai e Rua São Pedro, diariamente espaço-alvo dessa disputa entre camelôs e guardas municipais.

Por outro lado, o principal efeito do surgimento repentino dos guardas municipais nas cercanias de tal esquina era o de dispersar a atividade dos camelôs dali. É possível mesmo afirmar, baseado nas ações da Guarda Municipal, que a intenção não passava disso. Parecia não interessar muito apreender as mercadorias (embora eu próprio já tenha visto casos de violência de guardas a camelôs em outros lugares do centro de Niterói, motivados pela apreensão), e sim remover a presença dos ambulantes. Logo, tais vendedores entravam

na praça e pareciam salvos da perseguição, apesar de claramente insatisfeitos por terem se afastado do seu principal lugar de vendas.

Assistindo a esse “jogo” quase que diariamente, constatei que para os guardas municipais e esse tipo de camelôs (que se opõem ao outro tipo de vendedores que permanecem na praça), o Jardim São João é como que excluído da dinâmica das ruas do Centro de Niterói. Entrar ali parecia fugir do Centro. Essa hipótese se reforça diante da percepção de que logo depois de constatarem a ausência dos guardas municipais, os camelôs voltavam a seus postos na citada esquina, prontos para se aventurarem mais uma vez na fuga para o Jardim São João. Sua ocupação da praça é de caráter episódico, passageiro. E mais que isso, parece ser uma “ocupação forçada”.

4.4. O Jardim São João: a variedade dos usos e ocupações

Descrever o que se desenrola dentro e nas imediações dos limites gradeados da Praça Jardim São João é apontar a diversidade das apropriações dos seus usuários sobre aquele não tão extenso espaço. Interessante saber que enquanto para alguns a praça é lugar de repouso, para outros é de trabalho ou mesmo de moradia. Mais que isso, constata-se que mesmo entre os indivíduos que se dirigem à praça, por exemplo, para descansar e repousar, há distinções em seu modo de agir e interagir com os outros ali.

Vimos que alguns “atores” da praça estabelecem vínculos com o espaço que o rodeia, que se assemelham ao de jogadores de futebol com campos de grama verde, ou de advogados e seu escritório. Ora, a relação que estabelecem com o espaço da praça é a de um trabalhador com o seu lugar de trabalho. Incluo entre os trabalhadores da praça os

fotógrafos “lambe-lambe” (além do Seu Sílvio, há mais um); as prostitutas que passam boa parte de seus dias ali, desde a manhã até a noite (a praça só fica aberta até as 22 horas, e elas passam a ocupar as imediações da praça, principalmente na rua São João); os vendedores ambulantes (dos dois tipos) que se aproveitam dos equipamentos da praça (seus bancos e árvores) e dos passantes que a cruzam incessantemente ao longo do dia; e mesmo a respeito do grupo que eu classifiquei durante esse capítulo de “mendigos”, por falta de uma reflexão mais aprofundada sobre essa categoria tão difundida e carregada de estigmatizações, é possível perceber, além do viés residencial do uso que fazem da praça, uma apropriação da praça para o trabalho visto que, em alguns momentos, alguns desses indivíduos revendem mercadorias como amendoins, barras de chocolate.

Entre os usuários que se dirigem à praça para repousar em um de seus vários bancos, há os freqüentadores habituais, figuras constantes na praça (principalmente idosos), e os visitantes ocasionais (ou trabalhadores das imediações que aproveitam as sombras das árvores da praça principalmente em seu horário de almoço, ou visitantes bissextos do próprio Centro de Niterói que buscam a praça como um retiro da agitação das ruas do Centro).

A idéia da praça como um retiro em relação à dinâmica do Centro que saltou aos meus olhos quando da observação da fuga dos camelôs da esquina da Rua São Pedro e Visconde de Uruguai para o interior da praça, ganhou corpo com outras dimensões da etnografia na praça. O discurso dos idosos freqüentadores da praça é paradigmático quanto a esse aspecto: a idéia de estar na praça para “sair” da sala de casa, tomar um ar e se afastar do calor abafado dos dias quentes niteroienses, ou mesmo para “ver o movimento” (interessante categoria que se opõe à inércia do cotidiano doméstico) da praça, dizia respeito ao entendimento da praça como um refúgio à vida do dia-dia.

Diante da consolidação do significado de refúgio da praça (seja para os idosos ou para os vendedores ambulantes das esquinas), o que se deu durante a realização do trabalho de campo, me vi diante do desafio de contrapor à pré-noção de que a praça, parte do Centro da cidade, pudesse ser mesmo uma mostra da realidade do bairro. Entretanto, o fato de que, ao final do trabalho de observação, eu tenha sido obrigado a refletir sobre a questão de uma determinada dinâmica particular ao Jardim São João fortalece ainda mais as possibilidades de compreensão da realidade urbana do Centro de Niterói como sendo repleta de particularidades e diversidades. E se há algo que defina a cidade fundada pelos tempos modernos, isto é a diversidade dos usos e ocupações pelos mais diversos habitantes.

5. CONCLUSÃO

“Comecei a aprender que todo problema, grave ou fútil, pode ser liquidado pela aplicação de um método, sempre idêntico, que consiste em contrapor duas visões tradicionais da questão; em introduzir a primeira pelas justificações do sentido comum, depois, em destruí-las por meio da segunda; por último, opô-las mutuamente graças a uma terceira que revela o caráter também parcial das outras duas, reduzidas pelos aspectos de uma mesma realidade: forma e fundo, continente e conteúdo, ser e parecer, contínuo e descontínuo, essência e existência, etc.” (Lévi-Strauss, 1998: p. 49)

Inspirado pelas palavras de Lévi-Strauss em seu trabalho, talvez mais valioso de um ponto de vista menos metódico quanto à cientificidade, o fundamental *Tristes Trópicos*, fui levado a uma espécie de relativização das reflexões que formulara durante os meses que envolveram o trabalho de campo e a fase referente à redação da presente dissertação.

O trecho de Lévi-Strauss teve campo fértil em minha reflexão sobre o trabalho por mim realizado principalmente em virtude de uma oposição estabelecida entre “revitalização urbana” e “vida” de um espaço comum urbano. Já no início do texto, instrumentalizei para esse propósito a crítica formulada por Turner à transposição de termos referentes ao organismo para a descrição das relações humanas. Para ele, se esse tipo de metaforização orgânica podia proporcionar atenção a uma das dimensões de uma realidade, também, e mesmo por isso, encobriria outros aspectos igualmente relevantes da uma complexa e heterogênea realidade, a exemplo do que é a urbana.

Assim é que fundo a crítica ao ideário de “revitalização”. Ora, tal categoria não pode dar lugar à complexidade da realidade urbana, visto que se insere numa lógica de refundação do que seja específico ao real. Sugiro no primeiro capítulo que a propagação da idéia de se “revitalizar” um lugar se insere no mecanismo dialético próprio da modernidade de criação para destruição e destruição para criação do mundo, uma “conversa” sempre carregada de conflitos entre o real e o ideal. Em minha visão, mesmo que existam algumas peculiaridades desse novo tipo de intervenção urbana, que espero ter apresentado mesmo que parcialmente principalmente durante o segundo capítulo, elas não são suficientes para atribuir às “revitalizações” estatuto distinto daqueles comuns às aventuras do urbanismo de outros tempos. Dessa forma, chego à formulação de que o fenômeno da “revitalização” em áreas centrais de cidades contemporâneas pode ser apreciado como um fenômeno moderno, mesmo que alguns importantes autores contemporâneos indiquem argumentos no sentido contrário, ou seja, a do entendimento do fenômeno como imerso numa lógica específica à pós-modernidade.

Tento constituir o atual trecho da dissertação, a Conclusão, menos como um de seus capítulos, menos como elemento imerso num contexto de linearidade em relação ao cerne do texto, e mais como uma reflexão posterior à finalização do trabalho, um acréscimo, um apêndice. Ora, a intenção é apontar algumas questões que me vieram à mente depois do esforço da escrita do corpo principal do texto: os capítulos “Sobre revitalização e modernidade”, A história urbana e a revitalização em Niterói e “Praça Jardim São João e a vida no Centro”.

Durante o trabalho, tentei estabelecer um traço linear entre as tais três partes. E tal linearidade se estabeleceu através de um argumento principal: a idéia da revitalização em

Niterói, fenômeno típico de determinado mecanismo da modernidade*, se caracteriza pelo discurso sobre a necessidade de refundação de uma nova realidade ao Centro da cidade. Dessa forma, apresentei quais as principais características desse novo mundo que alguns “atores sociais” (ver o capítulo “A história urbana e a revitalização em Niterói) querem, com o advento da pretendida “revitalização”, inaugurar ao Centro de Niterói. Tentei indicar a partir de pesquisa sobre matérias jornalísticas e documentais, que tratei aqui como “investigação antropológica” (baseado na reflexão da antropóloga Eva Feldman-Bianco sobre os teóricos da Escola de Manchester), os caminhos tortuosos que percorreram tanto a idéia de “revitalizar” o Centro de Niterói quanto os projetos que davam conta dessa intenção. Para isso, foi necessária a presença intensiva nas Secretarias e Órgãos da Prefeitura Municipal de Niterói. Esse, por sinal, foi um exercício ao mesmo tempo novo e complicado para mim, pois me vi num meio (administração pública municipal) em que me pareceu sempre que as pessoas envolvidas estavam deslocadas e perdidas em sua atividade, à semelhança de um ciclista confuso entre o pedalar, o respirar, frear e dirigir, (atividades constituintes da abarcadora categoria “andar de bicicleta”) (Mello e Vogel, 1985). Assim como o hipotético e confuso menino ciclista, grande parte dos funcionários com quem me relacionei nessa pesquisa sobre “revitalização” no Centro de Niterói não sabia nem quem era responsável por isso no alto prédio da Prefeitura, nem quando estaria ali, nem o que fazia a respeito. Sem dúvida, essa foi a porção do trabalho de campo em que encontrei mais obstáculos. Em certo instante, me vi fazendo uma etnografia sobre toda a desorganização da máquina administrativa municipal, o que não era meu interesse principal. Felizmente, entretanto, depois de alguns meses tentando uma inserção naquele campo aparentemente inexplorável, consegui ter acesso a algum material sobre a “revitalização” contando com a

* Ver Berman (1987)

compreensão de bem-intencionados e informados funcionários. Assim, pude constatar que a despeito de projetos para “revitalização” do Centro engavetados pela Prefeitura, o processo que envolveu algumas Secretarias de Niterói (descrito no capítulo “A história urbana e a revitalização em Niterói) de diminuição da atividade dos vendedores ambulantes contou com especial atenção por parte da Prefeitura, de algumas de suas secretarias (principalmente a Secretaria de Segurança), quase monopolizando as atenções de amplos segmentos da sociedade niteroiense atentos e interessados numa “revitalização” do bairro. Posterior ao “reordenamento” da atividade dos camelôs, e a conseqüente diminuição da presença da atividade deles pelas ruas do Centro, foi interessante perceber nos discursos de empresários e de representantes de órgãos municipais elogios ao que já se configurava como o início da “revitalização” do Centro de Niterói, traduzida pelo maior número da abertura de empresas no Centro, em oposição ao número referente ao do bairro de Icaraí **(ver Anexo 3 da página 91)**. A configuração de um “Centro revitalizado”, sob o argumento do aumento da procura do bairro por empresários de vários matizes, reforça o ponto de vista de que a “revitalização” intencionada para o Centro tem como escopo basicamente uma recuperação da força comercial do bairro no contexto niteroiense, talvez uma retomada da condição de centralidade comercial que outrora já teve.

Além disso, objetivo paralelo ao de apresentar a configuração das especificidades da idéia e das ações revitalizadoras no Centro de Niterói foi o de constituir que tipo de “vida”, tão condenada, era particular ao Centro da cidade. Diante dessa tarefa, e tendo em mãos o instrumental metodológico da Antropologia, e principalmente me foram de grande valia as contribuições da Escola de Chicago (mais ainda o trabalho germinal de Foote-Whyte, “Street Corner Society”) me pus a fazer uma etnografia na Praça Jardim São João. Compreendi a relevância de fazer tal recorte no espaço a ser observado, em razão da

dificuldade que teria em descrever os movimentos, atividades, usos e ocupações de todo um bairro.

Nessa linha de argumentação nem tão extensa, saltou aos meus olhos uma problemática questão: desde o início da dissertação, aponte o risco da transposição das metáforas orgânicas para o trato das complexas realidades sociais. Aponte tal problema, muito baseado na reflexão acerca das metáforas levada a cabo por Victor Turner no clássico “Dramas, fields and metaphors”, como já aponte. Apesar disso, critiquei a idéia de “revitalizar” um lugar, tendo em mãos uma categoria que eu imaginava ideal: “vida”.

Durante o texto, não são poucas as referências à “vida” do Centro, à efervescência que um viajante desavisado encontraria chegando àquela região da cidade de Niterói. Tratava-se de uma oposição ideal entre a “morte” (implicitamente apontada pela necessidade de “revitalizar”) e a “vida” do Centro. Era relevante indicar os pólos extremos de um “organismo” maltratado que não se queria mais, o Centro.

Mesmo assim, o uso da palavra faz pensar. Podia ter empregado noções paradigmáticas já domesticadas pela Antropologia como “drama”, “teatro”, “cenário”. Victor Turner, por exemplo, aponta a adequação do uso de tais palavras na descrição e reflexão sobre a realidade social, argumentando que seus significados primeiros têm origem já em atividades humanas. Assim, trataria-se de transpor palavras de um plano de atividades humanas para o estudo de um quadro mais amplo do que também é humano, a interação social entre grupos e indivíduos.

A oposição “vida” e “morte” do Centro de Niterói, entretanto, foi o elemento fundador desse trabalho, o gatilho que disparou suas possibilidades. Apesar de sua dose problemática (apontada acima), tal oposição proporciona ao menos pensar, para fins de diminuição do alcance de noções tão absolutas porque orgânicas, numa realidade

intermediária entre os pólos extremos de “vida” e “morte”. Assim, se a Praça Jardim São João, alvo principal de minhas observações de campo, representa, para uns, importante espaço do Centro, para outros significa um refúgio em relação a ele. No caso da praça, podemos pensar na paradigmática oposição entre o uso que fazem dela os vendedores ambulantes das esquinas das ruas do Centro, e o feito por vendedores ambulantes que passam seus dias ali. Ora, para os primeiros representa lugar de fuga, refúgio, enquanto que para os outros trata-se de um espaço que se confunde com a dinâmica do resto do Centro. Podemos transpor esse exercício de reflexão para um outro nível: o Centro para uns pode ser um bairro cheio de “vida”, e para outros um lugar “morto”. A oposição “vida” e “morte” permitiu relativizar inclusive o efeito devastador do uso da categoria “revitalização”: ora nem tudo que se “revitaliza”, está em sua inteireza “morto”. Afinal, até mesmo para o trato com os organismos, se prevê o uso de categorias intermediárias como “doença”, “fraqueza”. Não intento apontar à realidade do Centro essas condições, apenas indicar um possível meio para uma compreensão um pouco mais relativizadora de processos específicos de uma “revitalização urbana”.

Refletir sobre a transposição das categorias “vida”, “morte” ou “revitalização” como instrumentos analíticos para o estudo da realidade urbana me levou a pensar numa outra categoria, uma das fundadoras dos estudos antropológicos. A categoria a qual me refiro é “cultura”, também originalmente ligada semanticamente, senão à realidade orgânica, ao mundo natural. Além de tal semelhança entre “cultura” e as três categorias citadas anteriormente, a consolidação do sentido moderno da cultura (“kultur”, no contexto alemão) toma forma sob o caráter reativo diante do avanço de uma outra importante palavra que tem seu uso firmado durante o século XVIII, a “civilisation” irradiada pelo Iluminismo.

Assim, “kultur” exprime os desejos particularistas de uma nação (a germânica) diante do avassalador avanço iluminista.

Diante do avanço do progresso material do capitalismo insurgente, a “kultur” indicava uma volta do homem à subjetividade, à essência de seu espírito. O movimento alemão ganha contornos de reação ao avanço da “civilisation” (neologismo que surge na França em fins do século XVIII, fase áurea do Iluminismo francês), e por isso passa a ser conhecido como o Contra-Iluminismo, berço do nascimento do idealismo filosófico e do romantismo alemães. Esse caráter reativo que o movimento alemão suscita é reconhecido por, entre outros autores, Adam Kuper:

“A noção de kultur desenvolveu-se em tensão com o conceito de uma civilização universal identificada à França. O que os franceses consideravam civilização transnacional, na Alemanha era considerado fonte de perigo para culturas locais. (...) Para os alemães, civilização era algo exterior e utilitário e, em muitos aspectos, alheio aos valores nacionais. A civilização é aprimorada com o tempo e transcende as fronteiras nacionais, em contraste com a kultur, limitada no tempo e no espaço e contém uma identidade nacional.” (Kuper, 2002: 56)

Dito isso, quero apontar que o uso da categoria “vida” no atual trabalho nasce, talvez não como uma trincheira de resistência ao discurso da revitalização, mas como um necessário elemento de uma oposição que situa em um de seus pólos a necessidade de se “revitalizar” o lugar.

Se diante do uso primordial da palavra “cultura”, ligado às atividades do homem no trato com a natureza, Terry Eagleton (2000) sugere que a oposição entre cultura e natureza não seja tão absoluta; ou se mesmo quando diante dos movimentos nativistas atuais, dos quais trata Ulf Hannerz ou Marshall Sahlins, tal autor aponte que o nativismo e a

globalização tenham suas intersecções; talvez possamos pensar, e minha etnografia aponta para esse posicionamento, na coexistência e concomitância de discursos que indiquem a “vida” ou a “morte” de um lugar.

Tal relativização não exclui ou diminui as possibilidades de reflexão sobre os processos que dizem respeito a uma “revitalização”. Pelo contrário, a perspectiva etnográfica se mantém viva na medida em que onde se aponte a “morte”, “decadência”, ou mesmo a efervescência de um lugar, o etnógrafo possa indicar as vozes de onde partem as representações, os discursos e ações, e elucidar as dissonâncias que remetem à mesma realidade.

Tal perspectiva etnográfica somada à reflexão iluminada por conceitos sociológicos como o de “regiões morais”, lançado pela Escola de Chicago, ou a oposição proposta por Augé entre “lugares” e “não-lugares” permite ter em vista a diversidade dos significados possíveis de serem estabelecidos a um lugar por seus usuários, ou mesmo por não-usuários, e entender com um pouco de mais clareza, por exemplo, as veredas que levam à difusão por uma cidade da suposta importância de “revitalizar” um lugar e não “revitalizar” um outro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- .Argan, Giulio Carlo. A história da arte como história da cidade. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 1998.
- .Augé, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo, Papirus Editora, 2004.
- .Azevedo, Marlice. “Niterói urbano: a construção do espaço da cidade”. In: Martins, Ismênia e Knauss, Paulo. Cidade múltipla: temas de História de Niterói. Niterói, Ed. Niterói Livros, 1997.
- .Baudelaire, Charles. Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 2002.
- .Benjamin, Walter. A modernidade e os modernos. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 2000.
- .Berman, Marshall. Aventuras no marxismo. São Paulo, Ed. Companhia das letras, 2001.
- .Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1987.
- . Chicaro de Campos, Maristela. Riscando o solo: o primeiro plano de edificação para a Vila Real da Praia Grande. Niterói, Ed. Niterói Livros, 1998.
- . Eagleton, Terry. A idéia de cultura. São Paulo, Ed. Unesp, 2005.
- . Evans-Pritchard, Edward. Os Nuer. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999.
- . Fabris, Annateresa. Fragmentos urbanos: representações culturais. São Paulo, Ed. Studio Nobel, 2000.

- . Feldman Bianco, Bela (org.). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo, Global Universitária, 1987.
- . Foote-Whyte, William. Sociedade de esquina. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.
- . Frúgoli, Heitor. Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo, Edusp, 2000.
- . Fukuyama, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1992.
- . Hannerz, Ulf. Exploración de la ciudad. Madrid, Fondo de Cultura Economica, 1993.
- . Harvey, David. Condição pós-moderna. São Paulo, Edições Loyola, 2005.
- . Jacobs, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2003.
- . Jameson, Fredric. Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1995.
- Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo, Ed. Ática, 1997.
- . Knauss, Paulo. Sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói. Niterói, Ed. Niterói Livros, 2003.
- . Kuper, Adam. Cultura: a visão dos antropólogos. Bauru, Edusc, 2002.
- . Lemme, Antônio Hermano. Revitalização urbana, o que é isso companheiro?: O Programa Rio Rua na cidade do Rio de Janeiro (dissertação). Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2002.
- . Lévi-Strauss, Claude. Tristes trópicos. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 1998.
- . Lopes, Divaldo de Aguiar. A catedral de Niterói. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 1989.
- . Mello, Marco Antônio da Silva e Vogel, Arno. Quando a rua vira casa: a apropriação dos espaços de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo, Projeto, 1985.
- . Sahlins, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.

- . Sánchez, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó, Editora Argos, 2003.
- . Shaw, Clifford. The jack-roller: a delinquent boy's own story. Chicago, University of Chicago Press, 1966.
- . Turner, Victor. Dramas, fields and metaphors. Londres, Cornell University Press, 1994.
 - . Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu. Niterói, Eduff, 2005;
 - . O processo ritual. Petrópolis, Editora Vozes, 1974.
- . Velho, Otávio (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- . Velloso, Mônica Pimentel. Modernismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- . Wirth, Louis. The Ghetto. London, Transaction Publishers, 1998.
- . Znaniecki, Florian e Thomas, William. The Polish peasant in Europe and America. Springfield, University of Illinois Press, 1995.

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS CITADAS

- . jornal O FLUMINENSE. “Esperando pela revitalização”. Niterói, 28 de agosto de 2005.
- . Valente, Leonardo. “Centro volta a liderar abertura de empresas”. O FLUMINENSE, Niterói, 15 de janeiro de 2006.
- . Vianna, Valéria. “Limpeza na Rua São Pedro”. O FLUMINENSE, Niterói, 12 de maio de 2005.

ANEXOS

Quinta-feira, 12/05/2005

CIDADES

O FLUMINENSE

Limpeza na Rua São Pedro

Fiscais retiram 43 barracas de vendedores irregulares e cinco em nome de camelôs falecidos

VALÉRIA VIANNA

No segundo dia da operação contra camelôs irregulares no centro da cidade, ontem de manhã, fiscais da Secretaria Municipal de Regulação Pública e de Direitos Humanos de Niterói retiraram de Rua São Pedro 43 barracas irregulares em situação irregular, além de cinco barracas em nome de pessoas falecidas. Todos os pontos de venda foram retirados.

O secretário municipal de Regulação, controlador Paulo Luiz de Aguiar da Silva, disse que é difícil combater o uso de nomes de pessoas falecidas para fins de comércio praticado por parentes.

"A lixão não é maravilhosa, com o uso do nome, o padre fez tudo. Esses vendedores que ocupavam o lugar dos arcaicos devem fazerem o Charles Paves, Adeli Araújo de Souza, Filipe Norberto Pinho, Irlé Douglas de Mattos e José Maria de Oliveira) devem procurar a secretaria, levando a documentação necessária para ter direito à vaga", informou Paulo Luiz.

Estão acionados na Rua Visconde de Uruguai, na terça-feira, alguns camelôs da Rua São Pedro, ontem, não se contentaram ao ver suas barracas retiradas. Márcio Henrique Silva, de 28 anos, que vende brinquedos há quatro décadas, não se conformou em ser retirado.

"Vivo na Ilha de Colares e não tenho acesso de água ou telefone. Apoiaram a suspensão de uma hora de funcionamento, mas não vão acatar com certeza", disse. "Mas se o que eu fizer, então gravado de três meses e não acredito que eu saia para tirar uma vaga no mercado formal de trabalho", afirmou.

Outro revelado em lugar conhecido é João, de 45 anos, há 22 vendendo brinquedos na rua.

"Mas na Tenda da Cruz, no Centro, não como todos os camelôs, sou um homem de trabalho, não tem nada pra mim que não seja no dia a dia", afirmou.



Segundo dia da operação de limpeza do comércio irregular na Centro (barracas) são retiradas

Jardim São João Faz parte da sua vida

Esperando pela revitalização

Área nobre no coração do centro torce para dar a volta por cima. Redução de camelôs é começo



Centro volta a liderar abertura de empresas

Bairro registrou de janeiro a novembro do ano passado 578 novos alvarás, mais do que o dobro de Icaraí, que teve 284

Leonardo Valente

Depois de anos de estagnação econômica, com o fechamento de lojas e a fuga de empresas, o Centro da cidade volta a apresentar dados econômicos positivos. Segundo a prefeitura, o bairro foi o recordista no ano passado na concessão de novos alvarás. Até novembro foram concedidos 578 novos registros, mais que o dobro de Icaraí (284), que há anos era a principal porta de entrada para empresas em Niterói.

Segundo o secretário municipal de Fazenda, Moacir Linhares Soutinho da Cruz, os dados mostram que o bairro está voltando a ser atrativo para os empresários.

— O projeto de revitalização que vem sendo feito está atraindo o interesse de empresários e de profissionais liberais para o bairro, o que é muito bom. O Centro

num local estratégico, próximo do Rio. Tudo isso ajuda muito na hora de decidir onde investir — comenta o secretário.

Leader Magazine traz sede com cerca de 400 empregados

É de olho no projeto de revitalização e na posição estratégica do bairro que grandes empresas estão chegando na região. A Leader Magazine, por exemplo, levou sua sede para uma área de 3.700 metros quadrados na Avenida Visconde de Rio Branco. A rede de magazines — a maior do Rio e uma das maiores do país, com 30 lojas — trouxe para o bairro, em setembro do ano passado, cerca de 400 empregados, além da diretoria.

— Fizemos um grande investimento e uma aposta no bairro. Estamos aqui porque fomos atraídos pelas promessas da prefeitura de revitalizar a região. O Centro oferece muitas vantagens, mas precisa de

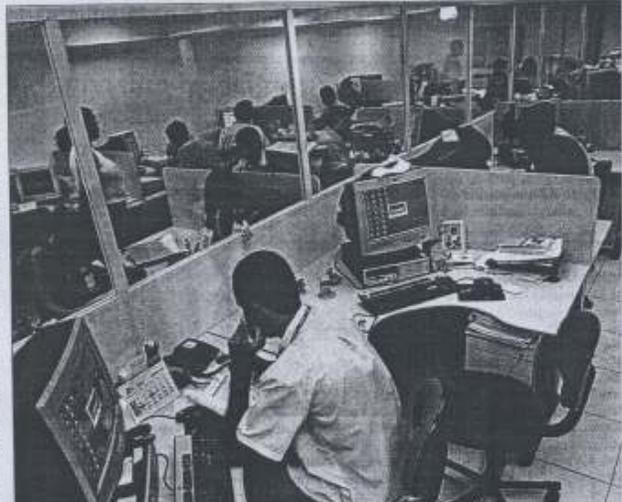
especializada em telemarketing. Entre os atacadistas, o destaque é a rede de papelarias Caçula, que montou uma filial também na Avenida Visconde de Rio Branco.

Boa parte dos alvarás concedidos em 2000 tem como causa, no entanto, a chegada de pequenos e médios empresários. É o caso do professor Maurício Tavares de Souza, que está abrindo um curso de idiomas na Rua Visconde de Uruguai:

— Além de ser um local estratégico, pois recebe pessoas de toda a cidade e de São Gonçalo, o Centro oferece salas comerciais a preços mais acessíveis do que áreas como Icaraí e Região Oceânica. Por isso, resolvi investir aqui. Torço para que o bairro fique mais bonito e menos violento.

Quem já está no bairro há alguns anos, porém, é mais cauteloso quando fala em volta por cima.

— Por enquanto, as proces-



André Cor

Anexo 3